

Das Informações à Conclusão

Momento excitante para o pesquisador aquele em que se encontra enfim de posse de seus dados e em que se esforça em ver “no que isso vai dar”! Mas a impressão inicial se verifica amiúde decepcionante, sobretudo para aqueles que, menos experientes, não estão prevenidos: os dados, ainda em estado bruto, não “dão” quase nada. Os fatos e os números nunca falam espontaneamente, e a tarefa do pesquisador acha-se longe de ser finalizada. Falta-lhe muito a fazer antes que possa fechar o círculo que liga o que emergirá de sua investigação ao problema que a lançou. Por enquanto, ele está sempre na etapa da verificação em que deve ainda estudar seus dados em relação à hipótese, isto é, proceder à análise e à interpretação das informações colhidas para, em seguida, chegar à etapa da conclusão. Então, não lhe restará outra coisa senão acabar a redação de seu relatório de pesquisa.

Mas análise e interpretação não são imediatamente possíveis. Os dados que o pesquisador tem em mão são, de momento, apenas materiais brutos: respostas assinaladas em um formulário, frases registradas no gravador, notas trazidas por uma observação participativa, série de mapas antigos, fotocópias de artigos publicados por tal jornal ou coleções de jornais tratando de um tema particular... Esses dados precisam ser preparados para se tomarem utilizáveis na construção dos saberes. O pesquisador deve organizá-los, podendo descrevê-los, transcrevê-los, ordená-los, codificá-los, agrupá-los em categorias... Somente então ele poderá proceder às análises e interpretações que o levarão às suas conclusões.

Análise e interpretação estão intimamente ligadas: de hábito, fazem-se paralelamente, conjuntamente, em uma operação em que a fronteira entre as duas é muitas vezes impossível de traçar com precisão, salvo em alguns estudos em que a análise consiste essencialmente na aplicação de testes estatísticos cujos resultados são interpretados em seguida, em uma seção à parte.

E mesmo então!... Pois antes de recorrer aos testes, foi preciso preparar os dados, agrupá-los e classificá-los por categorias: tais classificações, que às vezes remontam à elaboração dos instrumentos, grades ou questionários, já supõem uma forma de análise e de interpretação das

As etapas de verificação e conclusão evocadas são as do diagrama que nos serviu de guia. Esse diagrama é apresentado em vários momentos de maneira mais elaborada, principalmente na introdução da Parte III, página 130.

informações, estejam elas já presentes ou se trate daquelas que se pretende coletar. De sorte que se, para melhor descrever as diversas operações, distinguem-se, às vezes, preparação, análise e interpretação dos dados, deve-se ao mesmo tempo convir que as demarcações entre elas não são estanques, nem mesmo sempre claramente discerníveis.

Na seqüência dos primeiros tratamentos, os dados serão expressos sob forma numérica ou sob forma literal. Esta última forma tem a ver, seguramente, com aquela em que esses dados se apresentavam quando eles foram coletados, mas, também, com as intenções do pesquisador.

A forma numérica permite o tratamento e a análise com a ajuda dos instrumentos estatísticos. Procedem-se assim, mais freqüentemente, com os dados obtidos por instrumentos estruturados ou padronizados como os testes, grades de observação ou questionários com opções de respostas, ao passo que os dados que tomam forma literal serão objeto de uma análise de conteúdo. É principalmente o caso dos dados que se apresentam como um *discurso*, termo entendido aqui em um sentido muito amplo que engloba tanto os textos extraídos de diversos tipos de documentos quanto respostas obtidas nas perguntas abertas dos questionários ou entrevistas. Ressalte-se que algumas análises de conteúdo recorrem a uma abordagem em que as estatísticas desempenham um papel, mas esse recurso não é obrigatório e nem sempre útil como veremos.

Neste capítulo, estudaremos mais a fundo o trabalho de preparação, análise e interpretação dos dados. Na primeira seção, consideraremos o caso dos dados apresentados numericamente. Dedicaremos a segunda seção ao caso dos dados literais e a terceira, às conclusões que o pesquisador deve tirar de seu trabalho.

INSTRUMENTOS E MÉTODOS DE ANÁLISE ESTATÍSTICA

Para abordar a análise dos dados numéricos, encontremos esse pesquisador da página 177 que, ao fim de um estudo de marketing, propôs-se a observar o comportamento de consumidores diante da prateleira de cereais. Muniu-se de uma grade de observação cujo esboço aparece na página 179. Imaginemos que execute suas investigações em uma quinzena de estabelecimentos, dentre os quais quatro lojas de conveniências, também chamadas de lojas 24 horas, mercearias de bairro e oito supermercados, lojas divididas de maneira igual no conjunto do território de uma aglomeração urbana. Acha-se com mais de 1200 grades preenchidas: uma centena proveniente de cada uma das grandes mercearias de bairro e em torno de trinta de cada uma das lojinhas. Uma quantidade apreciável de informações que deve agora examinar a fim de aproveitar suas riquezas!

Ora, os dados coletados tomam formas díspares: campos assinalados, pontos em escalas, comentários escritos. As grades não são fáceis de usar tais e quais para comparar as observações, extrair tendências. Os dados brutos, reconhecíamos no início do capítulo, não dizem muita coisa espontaneamente: o primeiro cuidado do pesquisador será, pois, de colocá-los em ordem, transformar sua apresentação, reunindo as infor-

O termo "literal" pode, às vezes, revelar-se ambíguo: é aqui tomado no sentido originário para designar os dados não numerados, expressos em letras e palavras.

DISCURSO Conjunto de palavras organizadas de modo a veicular sentido.

Em uma grade normal, faz-se um esforço para uniformizar ao máximo a maneira de registrar as observações. No esboço proposto, elas são mais variadas a fim de proporcionar uma visão ainda incompleta de diversas possibilidades.

mações mais comodamente a fim de permitir sua análise e interpretação. Essa primeira parte do tratamento constitui a preparação, ou, ainda, a redução dos dados. Será seguida da própria análise estatística, que é habitualmente realizada em dois tempos: um primeiro em que se descrevem e caracterizam os dados e um segundo em que se estudam os nexos e as diferenças, em que se fazem inferências, etc. Como tais análises tomam a forma de cálculos matemáticos, a interpretação delas se distingue mais do que na análise de conteúdo. Isso não significa que seja preciso esperar o fim das análises para interpretar seus resultados: especifica-se bem frequentemente o sentido desses à medida que surgem, sentido que pode guiar o pesquisador nas escolhas a efetuar na continuação.

O caso do pesquisador-observador e de sua grade vai aqui nos servir de exemplo. O procedimento descrito seria sensivelmente o mesmo se os dados proviessem de um outro tipo de instrumento estruturado, ou até de material muito pouco estruturado: lembremos que alguns modos da análise de conteúdo podem também originar análises do gênero daquelas descritas no que se segue.

Preparação dos dados

A preparação dos dados comporta três operações principais: codificação, transferência e verificação. Sem serem centrais, essas operações mostram-se, contudo, de uma importância não negligenciável no conjunto do processo, pois se não podem por si sós assegurar a qualidade das análises e interpretações, correm, no entanto, o risco de as obstaculizarem, quando realizadas sem o necessário cuidado.

Codificação dos dados

A codificação constitui a primeira operação na organização do material. Na prática, trata-se de atribuir um código a cada um dos dados coletados e de ordená-los por isso mesmo em categorias. Assim, para o primeiro objeto de sua observação, o nível socioeconômico da zona urbana onde se localiza o estabelecimento que ele considera, o pesquisador pode codificar 1 se essa é favorecida, 2 para média e 3 para desfavorecida. Pode também acrescentar um código 4 para os casos em que nenhum campo é assinalado. Ele define os códigos dessa maneira, cada vez que as observações são registradas, assinalando campos.

Alguns casos merecem uma atenção especial.

Algumas informações acham-se expressas numericamente, o que fornece diretamente códigos. Assim, para a presença de crianças observadas em 10, o pesquisador colocará 0, 1, 2 ou 3... seguindo seu número.

A) Quadro geral de observação		
1. Zona urbana <i>não notado</i> , 4		
favorecida <input type="checkbox"/>	média <input type="checkbox"/>	desfavorecida <input type="checkbox"/>
1	2	3
2. Gênero de estabelecimento		
mercado <input type="checkbox"/>		oficina <input type="checkbox"/>

10. Presença de acompanhante(s)
 Criança(s): Número Idade(s)

Outro(s): Número Precisar

11. Outros comentários:

C. Descrição do cliente observado

7. Sexo *não notado: 3*
 masculino 1. feminino 2.

8. Idade aproximada *não notado: 0*
 1 2 3 4 5 6 7 8 9
 10 20 30 40 50 60 70 80 90 100

9. Postura geral *não notado: 0*
 1 2 3 4 5 6 7
 Descontraída Enervada

10. Presença de acompanhante(s)

D. Passagem pela prateleira

12. A pessoa observada *não notado: 4*

a {
 passa sem deter-se 1
 passa depois volta 2
 detém-se na primeira passagem 3
 parte sem produto *não notado: X* 0
 escolhe um (alguns) produto (s) 1
 (qual (is) *número(s)* 2

b {
 volta e devolve o produto 0
 volta para pegar o mesmo produto 1
 volta e troca por outro produto 2
 (qual *número* 3

13. Outros comentários:

14. Duração de presença diante da prateleira:
número número de segundos.

Se a informação é registrada em uma escala, como no caso da idade do cliente no item 8, o pesquisador dá um código a cada intervalo. E se os intervalos não são previstos antecipadamente, como no caso da descrição da postura geral do cliente no item 9, pode então determinar que número, em seguida, como anteriormente.

No item 12, para descrever a passagem do cliente diante da prateleira, encontram-se oito campos que podem ser codificados de 1 a 8. Salvo que, aqui, mais de um campo poderia ver-se apontado por ocasião de uma observação. Para evitar os problemas, seria mais sábio agrupar as situações previstas em três subgrupos reunindo enunciados que se excluem mutuamente. O pesquisador distinguirá então a observação 12ª ("passa sem deter-se", codificado 1; "passa depois volta", codificado 2;...) de 12b em que ele pode pôr 0 se o cliente parte com as mãos vazias, e, tendo atribuído números aos produtos oferecidos, notar o ou os números daqueles que foram selecionados no caso contrário. Fará a mesma coisa em 12c, se nunca o cliente volta atrás.

Já o assinalamos, acontece às vezes que o observador não marca nada quando se trata de um objeto de observação, porque esquece ou não pode observá-lo. O pesquisador também deve prever códigos para traduzir as ausências de marcação, exatamente como em um questionário prevê-se uma indicação para a recusa ou a incapacidade de responder. Tais códigos foram acrescentados em alguns de nossos exemplos.

É necessário também codificar os comentários: o procedimento é o mesmo que o descrito para a construção de uma grade aberta, na seção em que abordamos a análise de conteúdo. De momento, contentemo-nos em dizer que o pesquisador faz um levantamento das notas observadas no conjunto ou na amostra das grades de observação completadas e opera um agrupamento dessas notas em função de seu sentido, obtendo assim um primeiro conjunto de categorias. Depois, ele reconsidera cada nota para ver se a categoria em que ela se encontra convém, se deve ser colocada alhu-

res, ser definida uma nova categoria... reiterando a operação até a obtenção de categorias que o satisfaçam. Ele lhes atribui então códigos que servirão para classificar o conjunto dos comentários quando do inventário dos dados. Esse inventário poderá eventualmente originar certas revisões. Tentar-se-á evitá-las tomando no início uma amostra suficientemente ampla de comentários emitidos e, se o material não é muito considerável, examinando rapidamente o conjunto deste para determinar as observações que se destacariam realmente das outras.

A maneira pela qual os códigos e, portanto, as categorias foram definidos deve ser explicitamente justificada em função da natureza da observação e das intenções da pesquisa. Importa também que o pesquisador tome nota cuidadosamente da significação dos códigos: esta *chave de codificação* lhe facilitará grandemente a tarefa no momento de organizar de maneira definitiva seus dados e lhe permitirá encontrar-se nela quando quiser voltar sobre eles após um certo tempo. O trabalho é relativamente fácil quando o instrumento utilizado é um questionário com perguntas fechadas ou, como aqui, uma grade de observação: basta inscrever diretamente os códigos no instrumento, assim como o ilustramos em alguns dos exemplos que precedem.

Se o instrumento utilizado não permite proceder dessa maneira, ou se o pesquisador prefere um outro método, pode também fazer uma lista de seus códigos e conservá-la à parte. Para cada variável ou fator considerado, a zona urbana, por exemplo, especifica inicialmente a significação que está ligada a ele: zona urbana poderia entender-se no sentido geográfico, ao passo que aqui se trata mais de zona socioeconômica; depois, relaciona os diversos códigos associados a essa variável ou fator, precisando o caráter ou a categoria que traduz: 1 para "zona favorecida", 2 para "zona média", etc.

TABELA X
Exemplo parcial de uma chave de codificação

Nº	Variável	Descrição	Código	Categoria
1	Zona urbana	Nível socioeconômico	1	Favorecida
			2	Média
			3	Desfavorecida
			4	Não notada
8	Idade estimada	Dada por intervalos	1	10 a 19 anos
			2	20 a 29 anos
			3	30 a 35 anos
15	Tempo diante da prateleira	Medido em segundos	<i>n</i>	Número de segundos

Claramente identificados suas categorias e códigos, o pesquisador procede então à codificação do material reunido. Esta operação pode preceder, mas também ser geminada à da transferência dos dados.

Transferência dos dados

Transferir os dados é simplesmente transcrevê-los em um quadro mais funcional para o trabalho de análise e de interpretação, transformando-os às vezes, graças à codificação. Em alguns casos, o pesquisador codifica os dados no momento de transferi-los, enquanto que em outros casos, quando a atribuição de um código é mais delicada, como com os comentários dos observadores, ele preferirá separar as operações.

Outrora, no momento da transferência, os dados eram ordenados em um vasto quadro manuscrito, semelhante àquele de que reproduzimos uma pequena parte; esse gênero de quadro traduz bem o "espírito" do trabalho a efetuar mesmo que, hoje em dia, os dados sejam freqüentemente introduzidos em um quadro informatizado chamado de *base de dados*.

TABELA Y
Porção de uma base de dados

Nº de variável	1	2	3	4
Grade nº 1				
Grade nº 2				
Grade nº 3				
Grade nº 4	2	1	1	3
...				

Este quadro conta com uma coluna para cada uma das variáveis consideradas no estudo e tantas linhas quanto as pessoas interrogadas ou, no caso presente, clientes observados. Nos campos assim definidos, os dados codificados são colocados a partir do que se encontra em cada uma das grades utilizadas. Assim, os valores levados ao quadro indicam que a grade de observação número 4 corresponde a um cliente observado em uma zona urbana média (código 2, coluna 1), encontrando-se naquele momento em um supermercado (código 1, coluna 2), cuja apresentação é moderna (código 1, coluna 3)...

Assim reunidos, os dados podem ser compilados e tratados de diversas maneiras. O computador, com freqüência, facilita o trabalho, pois com o material captado pela máquina é possível, pressionando algumas teclas, efetuar em tempo mínimo diversos cálculos que, de outra forma, exigem paciência e minúcia sem por isso garantir a exatidão. Voltaremos, de outra parte, no momento de abordar as análises propriamente ditas, aos serviços prestados pelos instrumentos informáticos.

Os dados estão agora prontos para serem analisados. Mas, antes de empreender esta nova etapa, algumas verificações se impõem.

Verificação

A ordem de nossa apresentação aqui é enganosa, pois relega para o final da etapa de redução dos dados uma operação que, na realidade, é condu-

O computador mostra-se um instrumento precioso, mas não há obrigatoriedade de recorrer a ele. Muitas vezes, ver-se-ão pesquisadores trabalhar na velha máquina de escrever como antigamente. É especialmente o caso quando os dados não são muito numerosos ou por ocasião das primeiras análises, quando o pesquisador quer simplesmente ter uma idéia "do que isso dá".

zida ao longo desta. De fato, o processo de verificação começa na recepção dos dados brutos: preocupado em não desperdiçar em vão suas energias, o pesquisador eliminará desde logo os dados que não podem servir a seus fins porque são incompreensíveis, incompletos, inadequados... Alguns podem ser demasiado fragmentários: os observadores talvez tenham, por exemplo, encontrado dificuldade em determinar quais clientes olharam todas as prateleiras; se um grande número de grades continuam vazias sobre o assunto ou se, em seus comentários, os observadores notem que suas observações desse aspecto são pouco seguras, o pesquisador escolherá verdadeiramente não levá-lo em conta. Outros dados podem finalmente verificar-se mais ou menos adequados, porque muito pouco *discriminantes*: se ninguém, ou quase ninguém, leu as informações fornecidas nas caixas de cereais, o pesquisador deixará de lado também essa variável. Como abandonará os relatórios preparados por um observador que não respeitou as instruções...

Quando um fator é excluído, o quadro dos dados perde uma coluna, ao passo que se uma ou algumas grades são eliminadas porque não fornecem informações fidedignas ou de outro modo satisfatórias, é uma linha ou um conjunto de linhas que desaparecerá.

A verificação não se detém aí, pois diversos erros podem também manchar o processo de organização dos dados; importa retificar esses erros antes de prosseguir. Fala-se então da correção — da limpeza — do dossiê. Pode-se certamente verificar cada um dos dados, o que é, muitas vezes, a solução mais eficaz; mas em alguns casos, como no nosso exemplo em que se encontram mais de 1200 grades comportando cada uma em torno de vinte elementos, é preciso achar meios mais rápidos de detecção das anomalias. Um truque experimentado consiste em “tirar” os dados acumulados por códigos em cada uma das colunas. Por exemplo, na coluna 4 (clareza da exibição dos preços), 4 códigos podem aparecer: 1, 2 ou 3, conforme a clareza da exibição seja “grande”, “média” ou “fraca”, ou então 4 se nenhuma observação foi registrada pelo observador. Arrolando simplesmente o número de entradas para cada um dos códigos, é então possível certificar-se que o cômputo total está aí, se não, verifica-se onde se encontra a falta e o que pode explicá-la. Da mesma forma, caso se queira fazer constar um código diferente daqueles cuja presença é legítima, ter-se-á o cuidado de indicá-lo no quadro de dados e de corrigi-lo retornando às informações originais. Ele pode, por exemplo, provir de um relatório de observação julgado aberrante, mas que não foi deixado de lado: basta encontrá-lo e fazê-lo tomar o caminho da cesta de lixo. Outros erros mais banais resultam de simples erro de “digitação”, quando o pesquisador usa uma base de dados informatizada.

Algumas “aberrações” podem também chamar a atenção, sem por isso sempre testemunhar erros. É surpreendente, mas não impossível, ver uma pessoa de 98 anos fazer compras no supermercado. Será também preocupante a ausência total de uma categoria para uma variável especial: talvez a categoria não esteja em seu lugar..., ou talvez o pesquisador se tenha enganado de variável ao transferir seus dados.

Cuidadosamente codificadas as informações, transferidas e verificadas, é chegada a hora das análises.

Dados são ditos
DISCRIMINANTES
quando permitem bem
distinguir pessoas, fatos,
situações, conteúdos de
documentos...

Expulsar esse código que não posso ver

O exemplo que se segue mostra de onde podem vir códigos errados. Um pesquisador devia categorizar observações de espectadores-testemunhas que acabavam de examinar uma mensagem publicitária. Ele hesitava longamente entre duas classificações, A e B, que comportavam respectivamente cinco e três categorias. Tendo por fim selecionado B, infelizmente codificou algumas observações em função de A. A presença de códigos 4 e 5 em sua base de dados soou o alarme e deu trabalho ao pesquisador, apesar de feliz por ter podido descobrir a anomalia.



Análise estatística dos dados

Mesmo organizadas em uma base informatizada de dados, as informações coligidas das quase 1200 grades de observação constituem um mar de códigos e cifras no qual o pesquisador deve evitar afogar-se.

O que nos oferecem as estatísticas? Uma massa de instrumentos que podem nos desviar do caminho se tentamos aplicá-las ao material sem reflexão suficiente, mas que, usadas com discernimento, podem ajudar a melhor compreender e explicar os fenômenos e as situações, contribuindo assim para a construção dos saberes.

Para melhor achar-se em seus dados, o pesquisador deve inicialmente descrevê-los com o auxílio de algumas medidas que os resumem e os caracterizam ao mesmo tempo. Poderá, a seguir, estudar diversas relações que existem entre as variáveis e fatores considerados e ver, enfim, em que

Consultar um especialista?

No momento de usar instrumentos estatísticos é grande a tentação de consultar um especialista e lhe remeter os dados, dizendo para si mesmo que ele é o melhor situado para extrair o máximo deles. Ora, a finalidade do exercício é menos tirar esse máximo do que responder a uma pergunta, verificar uma hipótese. São essas preocupações que, mais uma vez, devem guiar a análise. Esta não requer necessariamente o recurso a instrumentos sofisticados, e o pesquisador pode, em geral, efetuar ele mesmo o trabalho. Se é preciso que consulte um especialista, deve dar-se o trabalho de dialogar com o *expert* para fazer com que este compreenda o que ele pretende e lhe explique os tratamentos sugeridos. Ele geralmente aceita estas sugestões, mas não pela única razão de que o *expert* é um *expert*: julga ele mesmo o mérito real delas, em vista das contingências e dos objetivos de sua pesquisa. Em suma, deve continuar a exercer um controle sobre o conjunto do processo.



medida suas conclusões podem estender-se para além da amostra dos clientes observados. São esses três aspectos que abordaremos nas subseções que se seguem. Precisemos que as descrições dos instrumentos estatísticos não irão até as fórmulas e maneiras de efetuar os cálculos. Insistir-se-á mais na utilização que se pode fazer desses instrumentos. As precisões encontram-se no Apêndice B, bem como nas obras especializadas.

Fazer os números falarem

As estatísticas constituem um poderoso instrumento para a análise das informações. O que não impede que as pessoas desconfiem delas às vezes, sob pretexto de que se pode "fazê-las dizer qualquer coisa". Mark Twain ia mais longe lançando sua célebre proclamação: "Há três espécies de mentiras: as mentiras, as malditas mentiras e as estatísticas". Outro autor, infelizmente não identificado, fez uma vez o seguinte comentário: "Muitíssimas pessoas usam as estatísticas como os bêbados usam os postes da rua: muito mais pelo apoio que eles lhes trazem do que pela luz que dispensam".

Isso para incentivar uma desconfiança de bom quilate frente aos números que se faz falar: como todo instrumento poderoso, as estatísticas são capazes do pior e do melhor. A qualidade e o valor de seu aporte são função da pessoa que as utiliza e de sua maneira de utilizá-las.

MÉDIA Soma do conjunto dos valores observados, dividida pelo número de observações; é também chamada MÉDIA ARITMÉTICA.

MEDIANA Valor da variável que separa o conjunto das observações em duas partes iguais.

MODA Valor da variável que reaparece mais seguidamente nas observações. Se dois ou mais valores da variável chegam em igualdade à testa das frequências, a distribuição da variável é dita bimodal ou multimodal.

A DISTRIBUIÇÃO de uma variável é constituída pelo conjunto dos valores que esta variável pode tomar, vendo-se cada um desses valores associado à frequência de suas ocorrências no conjunto dos dados.

Caracterização dos dados

O primeiro cuidado do pesquisador será, portanto, o de descrever seus dados ou, mais precisamente, caracterizar o comportamento de cada uma das variáveis no conjunto de suas observações. Dois tipos de medidas vão servir-lhe para esse fim: as medidas de tendência central e as medidas de dispersão.

Começemos pelas medidas de tendência central: elas permitem situar os dados em torno de um valor particular. As três principais são a *média*, a *mediana*, e a *moda*. A primeira é reservada às variáveis ditas numéricas, aquelas cujos valores são obtidos por enumeração ou outra forma de medida, como em nossa grade de observação do capítulo 7 (página 179), as variáveis “presença de acompanhantes” ou “duração de presença diante da prateleira”. Quando a variável examinada é *ordinal*, isto é, quando seus estados são hierarquizados sem por isso corresponder a valores medidos, privilegia-se a *mediana*. Ao passo que, com uma *variável nominal*, cujos estados são simplesmente justapostos sem que uma ordem imponha-se aí naturalmente, só a *moda* é utilizável.

Esclarecedoras, as medidas de tendência central não dizem, porém, tudo de uma variável e de sua *distribuição*. Além do valor particular em torno do qual se reúnem as observações, o pesquisador vai querer também conhecer a “densidade” de sua reunião, a maneira como elas se desdobram: estão elas temerosamente encolhidas umas contra as outras bem junto do valor central ou se expõem amplamente? Assim, uma média de 38,6 anos de idade dos clientes de um supermercado pode significar que este é freqüentado sobretudo por pessoas de meia-idade, ou então por mais idosas ou mais jovens, ou, ainda, que todos os grupos de idade estão mais ou menos igualmente representados.

É aí que entram em jogo as medidas de dispersão. A mais simples é a *extensão* que dá a distância entre os valores extremos observados. Apoiando-se somente nesses extremos, casos freqüentemente excêntricos, ela se verifica um pouco sumária, de sorte que a ela se prefere muitas vezes o *desvio quartílico*, também chamado de *desvio interquartilico*: ele corresponde à distância que separa os valores da variável entre os quais se encontra a metade central das observações realizadas. Seu uso supõe evidentemente que os valores da variável sejam hierarquizados, isto é, que essa variável seja ordinal ou numérica. Quando a variável é numérica, pode-se então recorrer a medidas que fazem intervir o desvio que separa cada dado dessa medida central: o *desvio médio*, a *variância* e o *desvio padrão* são as mais usuais.

Além da tendência central e da dispersão das observações, outros aspectos da distribuição podem se mostrar significativos. É assim que se usa às vezes a frequência relativa, habitualmente expressa em porcentagem, de cada estado da variável, sobretudo no caso das variáveis ordinais ou nominais, especificando, por exemplo, que 80% (12 sobre 15) dos estabelecimentos visitados exibem seus preços com uma clareza julgada média e que 13% são tidos como muito claros... No caso das variáveis numéricas, recorre-se de preferência a medidas ditas de posição que permitem situar as observações sobre intervalos. Assim, com os *quintiles*, as observações em torno de uma variável são divididas em

cinco grupos de mesmo tamanho: o primeiro quintil reúne, por exemplo, as pessoas que passaram menos tempo pela prateleira onde eram observadas, o segundo agrupa os 20% seguintes, até ao quinto que reúne os que se detiveram mais tempo. Pode-se então precisar que estes últimos aí permaneceram mais de 94 segundos, que os do quarto quintil passaram aí de 76 a 94 segundos, etc. Os quartílicos e os decílicos seguem o mesmo princípio, sendo então o conjunto das observações fracionado em quatro ou em dez. Os detalhes sobre os modos de tomar essas medidas e outras, como os *Estanines* (contração de *standards nines*) ou os percentis, são expostos no Apêndice B e nos tratados de estatística.

Acrescentemos todavia que a maior parte dos *softwares* de base de dados permitem calcular rápida e exatamente medidas descritivas, tanto as de posição quanto as outras de tendência central ou de dispersão. Contudo, um alerta impõe-se: o computador não decide se o cálculo tem sentido ou não em relação à variável considerada. O pesquisador deve, portanto, certificar-se disso antes de apertar as teclas.

Ressaltemos também o aporte das apresentações visuais na descrição dos dados. Os quadros constituem uma maneira eloqüente de exibí-los de modo condensado, quer se trate de um quadro em uma entrada que dá a distribuição de uma variável, ou de um quadro com dupla entrada que coloca duas variáveis em relação; por exemplo, o número de crianças que acompanha o cliente observado e o tempo passado diante da prateleira. Os gráficos revelam-se um outro meio eficaz de resumir uma distribuição e existe todo um arsenal deles: na maioria desses gráficos, os estados ou valores da variável são colocados no eixo horizontal e as freqüências no vertical. Daí, seguindo a natureza da variável, tra-

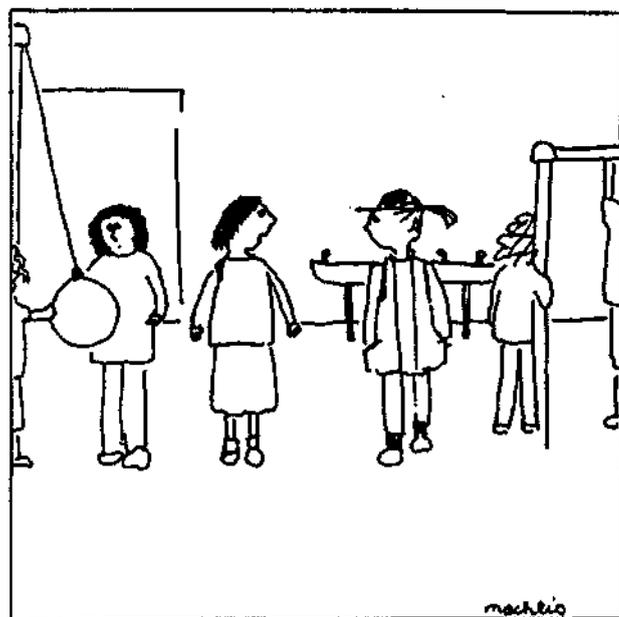
DESVIO: É a diferença entre cada dado e a média dos dados.

DESVIO MÉDIO: Média dos desvios, ou seja, a soma de todos os desvios considerados como positivos, divididos pelo número de dados.

VARIÂNCIA: Soma dos quadrados dos desvios divididos pelo número de dados.

DESVIO PADRÃO: É a raiz quadrada da variância.

Algumas especificações sobre o uso correto dos quadros e gráficos aparecem mais adiante, na parte do manual que trata do relatório de pesquisa, assim como no Apêndice B.



"Teus pais te disseram em que percentil tu te encontras?"

çam-se diagramas em bastões, histogramas com ou sem polígono de freqüências, curvas de freqüências, diagramas circulares... todas as formas de representações abordadas nos manuais de estatísticas ou de métodos quantitativos.

Colhendo observações ou interrogando as pessoas, o pesquisador visa a um objetivo que ultrapassa a simples descrição de uma situação ou fenômeno, ainda que acompanhado de belos quadros e gráficos. Ele quer, lembremos novamente, resolver alguns problemas, responder perguntas, verificar hipóteses. Isso leva a evidenciar diversas relações entre as variáveis, a perscrutar diferenças entre subgrupos particulares de pessoas, a se inquietar com o caráter generalizável de suas observações. A continuação da análise prende-se a tais aspectos.

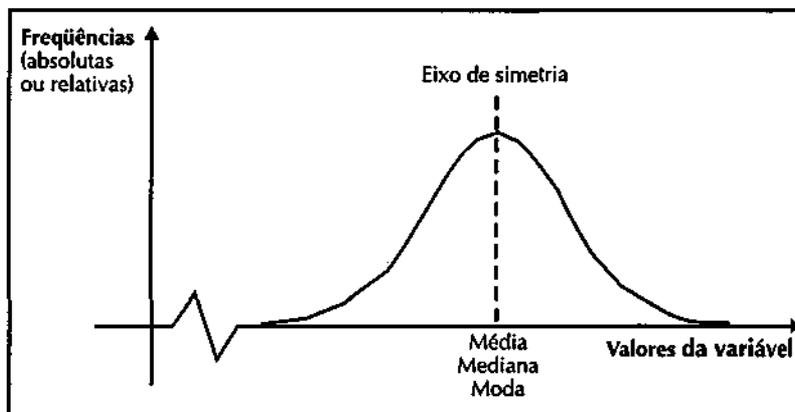
Testes estatísticos

Essa continuação da análise passa pelo recurso aos testes estatísticos. Estes vão ajudar o pesquisador a julgar a presença ou ausência de vínculos significativos entre as variáveis escolhidas em relação a suas ques-

O "sino" normal

A "lei" normal, dita também lei de Gauss-Laplace, é um dos exemplos importantes de distribuição de freqüências. Com efeito, são numerosas as situações em que se encontram variáveis pelas quais média, modo e mediana se confundem, a média reunindo o maior número de observações e separando o conjunto dessas exatamente em dois, ao passo que as freqüências diminuem rapidamente desde que se afastam dessa média. Traçando o gráfico dessas freqüências em função dos valores da variável, obtém-se uma curva que se assemelha ao perfil simétrico da curva em sino.

É correto dizer "assemelha-se", pois a situação representada por essa curva nunca se realiza perfeitamente: traduz o caso ideal para o qual tenderia a verdadeira distribuição se o conjunto das observações se tornasse infinitamente grande. Na prática, as distribuições teoricamente normais dão às vezes traçados fantasiosos como essas curvas de distribuição de resultados de exames em que se observam duas "elevações", que correspondem uma ao grupo dos fracos da classe e a outra, ao grupo dos fortes.



Isso não deixa de suscitar questões, pois inúmeros instrumentos, por outro lado extremamente úteis em probabilidades e em estatísticas, não têm sentido senão aplicados a variáveis que se conformam à lei normal. Até onde se pode ir para afirmar que uma distribuição é normal? Será suficiente dizê-la "teoricamente" normal? E em que momento cessa de ser legítimo querer normalizar um conjunto de resultados...

A mesma coisa para os usos, às vezes discutíveis, da curva normal para apoiar algumas decisões. É assim que se justifica a implantação de caminhos menos penosos em educação, explicando que a curva normal mostrava que uma certa proporção dos alunos — fixada arbitrariamente ora em 12%, ora em 15%... — não poderia seguir programas regulares. Desta vez, é a lei normal que serviu para definir os "sinos"!

tões e hipóteses, e a determinar a intensidade desses vínculos. Sem entrar nos detalhes técnicos ou matemáticos — como se poderá encontrar no Apêndice B —, vamos dar uma olhada nesses testes para captar-lhes o alcance e os limites.

Uma das hipóteses de nosso pesquisador-observador das seções de especiarias poderia ser que *os clientes mais jovens são mais assíduos compradores de um cereal*. Tais hipóteses — embora habitualmente mais sutis — são com frequência objetos de estudo por parte dos responsáveis pelo marketing, preocupados em especificar a composição da clientela de um produto para melhor atingi-la ou ampliá-la. Notemos de passagem que a variável “idade” vê-se aqui relacionada à variável “compra de um produto”, mas essa relação não é necessariamente causal, pois diversos fatores podem explicar verossimilmente a propensão das pessoas a comprar um dos produtos.

Para verificar essa hipótese, o pesquisador estabelece de início a distribuição conjunta das variáveis, construindo um quadro de dupla entrada.

QUADRO Z

Idade do cliente e conclusão de uma compra
Frequências relativas (%) por grupo de idade

Idade Compras	Menos de 20 anos	20 a 39 anos	40 a 59 anos	60 anos e mais	Total
Sim	51	46	41	40	43
Não	49	54	59	60	57
Total	1000	100	100	100	100
n	124	360	485	274	1243

À primeira vista, as observações colhidas parecem confirmar a hipótese: a porcentagem dos compradores decresce à medida que aumentam as faixas de idade. Se, ao contrário, essas variáveis não mantivessem nenhum vínculo entre si, as porcentagens deveriam permanecer constantes de uma faixa a outra, girando todas em torno dos 43% globalmente observados.

Mas é cedo demais para concluir: o pesquisador deve ainda assegurar-se do caráter significativo das diferenças ressaltadas entre os grupos de idade, verificar quais não são simples efeitos do acaso, antes de afirmar que traduzem a existência de uma verdadeira relação entre as variáveis.

Afirmar a presença significativa de tal relação é na verdade sustentar que, se as observações tivessem excedido a amostra para se estender a todas as pessoas que freqüentam supermercados, mercearias e lojas de conveniências, ter-se-iam obtido sensivelmente os mesmos resultados. Aliás, se o quadro que precede incidisse sobre toda a população dos clientes desses estabelecimentos, então se poderia concluir imediatamente a exatidão da hipótese.

Mas só uma amostra desses clientes foi considerada. E quem diz amostra, diz acaso, pois este último presidiu a formação do contingente dos observados. Ora, mesmo quando o acaso faz bem as coisas, encontram-se sempre diferenças entre uma população e uma amostra desta. Assim, é possível que os menores de 20 anos observados tenham comprado mais cereais do que o conjunto das pessoas de sua idade, bem como pode ser que as pessoas das outras faixas de idade tenham adquirido menos cereais do que aqueles e aquelas que os representam.

Resulta disso, portanto, uma saudável inquietude: por si sós, esses desvios eventuais entre o comportamento do conjunto das pessoas de uma dada faixa de idade e o dos membros desta faixa incluídos na amostra poderiam explicar as diferenças observadas entre os diversos grupos de compradores? Como saber se a relação presumida entre a idade do cliente e sua propensão a comprar é bem real ou se ela depende mais de uma forma de (má) sorte no momento de escolher as pessoas observadas? Aí está toda a questão do caráter significativo das diferenças assinaladas no quadro, questão que o pesquisador deve responder a si mesmo para estar apto a concluir: essas diferenças entre os quatro subgrupos da amostra são artificiais ou traduzem diferenças entre as fatias correspondentes do conjunto da população?

Uma vez que a observação de toda a população está excluída, a resposta a essa interrogação será fornecida por um *teste de hipótese* e se exprimirá sob forma de *probabilidade*: há tal porcentagem de chances de que a amostra represente convenientemente a população face às variáveis consideradas e que as diferenças observadas sustentem a hipótese de uma relação entre as variáveis.

A maneira de proceder nesses testes pode resumir-se assim: quase não conhecendo a população, imagina-se, no início, que não existe no seio dessa relação entre as variáveis. É a *hipótese dita nula*. Se, em nosso exemplo, essa hipótese mostra-se correta, isso significa ausência de diferença na proporção dos compradores que pertencem a cada uma das faixas de idade componentes dessa população. Seria, pois, surpreendente observar tais diferenças em uma amostra corretamente tirada dessa população. Os testes estatísticos, aliás, só têm valor se as amostras são aleatórias, isto é, todo elemento da população tem uma oportunidade conhecida e não nula de fazer parte delas. Mas já foi visto que a tiragem do acaso ocasiona habitualmente alguns desvios. O teste vai dizer se essas diferenças são surpreendentes, isto é, se elas ultrapassam aquelas que se deve esperar em virtude só do acaso. Se permanecem aquém do limite previsível, essas diferenças são julgadas não-significativas: a hipótese nula é então mantida, porque as observações realizadas na amostra não permitem concluir por uma relação entre as variáveis. Se, em contrapartida, os desvios vão além desse limite, reconhece-se então que o acaso sozinho não pode explicá-los e que eles são verdadeiramente a manifestação de uma relação entre as variáveis.

São numerosos os testes de hipóteses escolhidos em função das características das variáveis estudadas e de sua distribuição. Vários testes, os que se baseiam nas diferenças das médias ou na análise da variância especialmente, requerem variáveis numéricas cuja distribuição se confor-

A questão da existência de uma relação entre duas variáveis é, de fato, a da generalização ao conjunto de uma população de uma relação constatada no nível da amostra. Se, no exemplo, a observação tivesse incidido sobre o conjunto da população, não haveria mais pergunta a ser feita: saber-se-ia que, para essa população, o número de compradores de um produto decresce efetivamente com a idade dos clientes.

ma à lei normal. Como essas condições nem sempre são satisfeitas, são utilizados, muitas vezes, testes menos exigentes, como o qui-quadrado.

Os cálculos exigidos pela aplicação desses testes são freqüentemente fastidiosos: felizmente, dispomos agora de *softwares* muito práticos e eficazes, o SAS, o SPSS e outros como o SYSTAT para computador pessoal, que os efetua rapidamente por nós.

As relações causais

Se os testes de hipótese ajudam a julgar a existência de vínculos entre as variáveis, eles não especificam nada de seu caráter, principalmente da natureza, causal ou não, das relações estudadas.

Aliás, no que concerne às análises estatísticas, as pesquisas com dados criados pela experiência, que visam a estabelecer a presença de uma relação de causa e efeito, não exigem nenhum tratamento especial nem precaução particular. No máximo, será controlada, no início, a equivalência dos grupos experimentais e testemunhas, adotando-se uma medida preliminar e verificando a ausência de diferenças significativas entre eles.

A prova da existência de um elo de causalidade resulta de outra coisa que não dos testes. Ela depende mais da estratégia de pesquisa e da análise lógica. Assegura-se inicialmente que as variáveis em jogo mudam conjuntamente no sentido previsto pela hipótese; assegura-se do mesmo modo que o efeito medido, ligado à variável dependente, não precede a causa, encarnada nas mudanças da variável independente; verifica-se enfim que outros fatores puderam provocar esse efeito.

Pouco importa o teste escolhido e os instrumentos de cálculo usados, as indicações extraídas sobre a existência de um elo entre variáveis permanecem probabilistas por natureza: comportam sempre alguma possibilidade de erro. Esta possibilidade apresenta, contudo, a vantagem de poder ser avaliada. É aí que intervém o *limite de significação* do teste: ele traduz o *nível de confiabilidade* que se pode legitimamente atribuir-lhe.

Esse limite toma geralmente a forma de uma porcentagem. Declara-se, por exemplo, rejeitar a hipótese nula com um limite de 10% (ou 0,10): reconhece-se então o caráter significativo das diferenças observadas, mas admitindo igualmente ter 10% de chance de enganar-se, afirmando assim que essas diferenças entre grupos-amostras traduzem uma relação entre as variáveis, no interior da população inteira visada pela pesquisa.

Onde fixar o limite de confiabilidade? Nessa matéria, o erro julgado aceitável varia conforme a hipótese de pesquisa. Julgando o caráter significativo de uma diferença observada entre grupos-amostras, existem dois modos de erro:

- Afirmando a diferença significativa, acontece que se julgam diferentes populações idênticas. É o *erro de tipo I*, em que a hipótese nula se vê rejeitada injustamente.
- Declarando não-significativa a diferença, pode-se, em compensação, julgar como semelhantes que populações são, na realidade, diferentes. É o *erro de tipo II* em que a hipótese nula é aceita apesar de sua falsidade.

As expressões *nível de confiabilidade*, *nível de significação* ou *limite de confiabilidade* são também usadas para designar *limite de significação* de um teste.

Quanto mais se eleva o limite de significação, menos chances há de cometer o primeiro erro, mas aumentam simultaneamente as chances de cair no segundo; pode-se decidir rejeitar a hipótese nula apenas se a probabilidade de erro for inferior a 1%; corre-se então o risco de aceitar essa hipótese nula injustamente e de negligenciar diferenças dignas de atenção.

O pesquisador deve, pois, decidir se um dos dois tipos de erros é mais grave do que o outro. Imaginemos que um psicólogo queira julgar o efeito de um remédio muito simples, barato e sem efeito colateral para ajudar as pessoas a livrarem-se de suas fobias. Aqui o erro seria mais grave ao rejeitar esse remédio enquanto eficaz, do que aceitá-lo mesmo que inútil: esse pesquisador poderá se contentar com um limite de confiabilidade de 10%, ao passo que ele teria exigido um limite de 1% se as consequências de uma aceitação errada corressem o risco de ser mais nefastas do que as de uma rejeição.

Mas seguidamente — é o caso em nosso exemplo de pesquisa em mercearia — nenhum dos dois tipos de erro mostra-se como o mais grave. Cumpre, portanto, decidir um ponto de equilíbrio razoável entre ambos: em ciências humanas, o limite de significação habitualmente tido como acordo aceitável é de 5%. Aceita-se assim reconhecer o caráter significativo de uma diferença quando este tem 95% de segurança; contudo, é uma forma de convenção que não transforma de modo algum uma probabilidade em certeza.

Se os testes de hipótese permitem julgar a presença ou a ausência de ligações entre variáveis, não dizem nada da intensidade dessas relações quando elas existem. Daí a presença de outros instrumentos, os *coeficientes de associação* para medir a força dessas ligações.

Como os testes de hipótese, esses testes de associação são diversos e se deve escolher aquele que melhor convém à natureza das variáveis em estudo. Um dos mais comumente usados em ciências humanas é, sem dúvida, o *coeficiente de contingência*, anotado como C, que se calcula a partir do qui-quadrado e do tamanho da amostra, o que o torna pouco exigente quanto às características e propriedades particulares das variáveis às quais ele é aplicado. Outros testes serão mais aplicados, requerendo, por exemplo, que as variáveis sejam numéricas. Esses exigem seguidamente cálculos mais pesados, mas aí, então, o computador vem em socorro.

Ressaltemos de passagem que os resultados das observações sobre a relação entre a idade dos clientes e sua propensão a comprar se revelaram não-significativos nesse limite de 5% quando submetidos ao teste do qui-quadrado. Mesmo que, no exemplo, as diferenças intergrupos vão no sentido da hipótese do pesquisador, elas não são suficientes para confirmar essa hipótese.

O limite de confiabilidade: um exorcismo?

Em inúmeras pesquisas em que se recorre aos instrumentos estatísticos, a questão do limite de confiabilidade ocorre como um ritual rapidamente cumprido, depois esquecido em uma frase sinuosa que proclama que se julgam significativos os desvios em um nível de confiabilidade fixo em tal porcentagem.

No entanto, essa fórmula, longe de ser apenas um exorcismo destinado a afastar qualquer mau espírito, continua capital, pois traduz o grau de credibilidade dos resultados. Muito freqüentemente faz-se disso um encantamento que transforma em certeza o que, no entanto, é apenas plausível ou provável.

A presença do limite de confiabilidade deveria provocar uma certa desconfiança crítica face ao que muitíssimas pessoas consideram como "provas estatísticas" e que não são, na realidade, senão indicações numéricas do caráter razoável de certas conclusões. É necessário precaver-se de tomar muito rápido o exato por verdadeiro, pois, por mais aceitáveis que pareçam as relações medidas, nada afirma não terem sido esquecidos outros fatores que estariam mais ligados àqueles mantidos e essenciais a uma compreensão profunda dos fenômenos.

A armadilha da pesquisa informatizada

O computador revela-se um instrumento útil e apreciado em pesquisa. Ele alivia múltiplas tarefas ingratas, principalmente no que concerne às análises estatísticas em que se mostra sobremaneira eficaz, evitando ao pesquisador cálculos muitas vezes fastidiosos.

Esse progresso encobre, todavia, uma armadilha, a tentação de substituir a reflexão pelo dedilhar sobre o teclado: em torno de uma situação dada, o pesquisador identifica e mede tantas variáveis quantas pode imaginar; depois, com alguns golpes de dedos, faz a máquina regurgitar esses dados, que são cuspidos fora em quadros e gráficos após terem sido passados no espremedor de todos os testes possíveis. Seria surpreendente não ver sobressair no lote algumas relações estatisticamente significativas que nosso homem teria apenas que explorar habilmente.

Está aí uma caricatura de pesquisa, em que se concede demasiado espaço e valor ao número. O acaso não faz tão bem as coisas que torne automaticamente significativo nos planos humano, psicológico ou social o que existe no plano estatístico. É indispensável desconfiar sempre desses trabalhos em que os números dizem mais do que o pesquisador ou os participantes. Pois os números não podem explicar as relações, ao passo que é nessas explicações que reside o progresso dos saberes: estas não devem, portanto, ser improvisadas *a posteriori*, a partir de alguns valores numéricos cuspidos por uma máquina.

Interpretação dos resultados estatísticos

Os testes estatísticos são apenas aplicações de procedimentos e de fórmulas que, de números, tiram outros números: estes últimos traduzem-se em enunciados de caráter probabilista, enunciados preferentemente simples, que constata a presença de relações estatisticamente significativas e que apreciam sua intensidade. Mas, se contribuem desse modo, para a elucidação de fenômenos ou situações, esses instrumentos não possuem senão um poder limitado. São, dentre outros, desprovidos de poder explicativo: ajudam a ver as relações possíveis, mas só o pesquisador pode dar um sentido ao que é assim esclarecido. É aí, uma vez efetuados os cálculos, que intervém a etapa obrigatória da interpretação.

Assim, os números de uma enquete poderiam muito bem revelar uma proporção significativamente maior de mendigos, sem-teto e outros marginais na população de uma dada região do que no seio da população das regiões vizinhas. Mas como se deve compreender essa situação? Pode-se concluir que essa região é pobre, desprovida de recursos suficientes para assegurar uma vida decente ao conjunto das pessoas que nela habitam?

Para interpretar tais resultados, o pesquisador deve ir além da leitura apressada, para integrá-los em um universo mais amplo em que poderão ter um sentido. Esse universo é o dos fundamentos teóricos da pesquisa e o dos conhecimentos já acumulados em torno das questões aí abordadas. Em suma, trata-se da bagagem que levou o pesquisador à sua hipótese e que vai agora ajudá-lo a dar uma significação ao que a pesquisa trouxe, a captar os mecanismos das relações percebidas e a compreender o como e o porquê de sua presença. É, aliás, a razão pela qual, no quadro que descreve as etapas de uma pesquisa, fala-se de interpretação em relação à hipótese, cujo papel central sobreleva mais uma vez.

Assim, apoiando-se em seu conhecimento da região mencionada no exemplo que precede e no saber que presidiu seu estudo da população dos mais desfavorecidos, o pesquisador poderia explicar a proporção

O que é significativo no plano estatístico não o é necessariamente nos planos psicológico ou social. Reconhecer a existência de uma relação, medir-lhe a intensidade, não é explicar as razões de sua presença, compreender o sentido a atribuir à sua existência.

maior dos marginais não pela pobreza da região, mas por sua relativa riqueza e pela generosidade de seus habitantes, o que permite aos menos dotados melhor garantir sua subsistência: eles são mais numerosos, porque sua vida aí é mais fácil.

Eis o que só os números não podem revelar: eles simplesmente confirmam a presença importante dos marginais, a diferença significativa de seu número de uma região a outra. Apoiando-se nessas considerações, o pesquisador constrói a explicação do fenômeno, expandindo essa constatação para uma reflexão lógica que se sustenta no conjunto dos elementos que lhe serviram para prever o que os números deviam dar, e que lhe permite agora especificar-lhes o sentido e o alcance. A partir daí, uma conclusão se tornará possível.

Porém, antes de abordar, na terceira seção, esta parte da conclusão, resta-nos ver rapidamente os dados literais que são o objeto de uma análise de conteúdo ou de uma análise de discurso. Esse será o propósito da próxima seção.

ANÁLISE DE CONTEÚDO

Curioso pelas mudanças que marcaram o Brasil a partir da década de 40 do nosso século, um pesquisador se interroga, por exemplo, sobre a emergência e a evolução do discurso nacionalista.

A fim de melhor compreender essa evolução, põe-se à procura de documentos que lhe permitam descrevê-la; é assim que se encontra logo à frente de uma volumosa documentação que provém de diversas fontes: reportagens, editoriais, discursos, enunciados de políticas governamentais, tudo completado por testemunhos que pôde colher quando de entrevistas com homens de negócios, políticos, sindicalistas, etc.

Uma primeira organização dessa documentação mostra-se logo necessária, com freqüência realizada à medida dos progressos da coleta: as entrevistas são transcritas, o material é descrito em uma lista cronológica dos documentos, acompanhado de notas sobre a natureza e a fonte de cada um e, eventualmente, um breve apanhado de seu conteúdo. A finalidade é facilitar seu uso, permitir ao pesquisador encontrar-se rapidamente no momento da análise e da interpretação em função de suas questões e hipóteses. Questões e hipóteses que, aliás, guiaram a escolha dos documentos e orientam também esta primeira organização do material.

Mesmo organizado, o material continua bruto e não permite ainda extrair tendências claras e, ainda menos, chegar a uma conclusão. Será preciso para isso empreender um estudo minucioso de seu conteúdo, das palavras e frases que o compõem, procurar-lhes o sentido, captar-lhes as intenções, comparar, avaliar, descartar o acessório, reconhecer o essencial e selecioná-lo em torno das idéias principais... É este o princípio da análise de conteúdo: consiste em desmontar a estrutura e os elementos desse conteúdo para esclarecer suas diferentes características e extrair sua significação.

A análise de conteúdo, já foi visto, pode se aplicar a uma grande diversidade de materiais, como permite abordar uma grande diversidade de objetos de investigação: atitudes, valores, representações, mentalida-

des, ideologias, etc. Pode-se assim usá-la no estudo de embates políticos, de estratégias, ou, ainda, para esclarecer fenômenos sociais particulares, em matéria de comunicação, por exemplo, em que se poderiam examinar os postulados implícitos dos manuais escolares ou os estereótipos veiculados pela publicidade. Essa lista jamais acaba, é necessário muito mais.

Reestruturação dos conteúdos

Nosso pesquisador apronta-se, pois, para perseguir a evolução do discurso nacionalista. Na realidade, um longínquo trabalho de análise já foi iniciado com a coleta dos materiais e a primeira organização desses, pois essa coleta, orientada pela questão da hipótese, não é acumulação cega ou mecânica: à medida que colhe informações, o pesquisador elabora sua percepção do fenômeno e se deixa guiar pelas especificidades do material selecionado. Isso o conduz às vezes a explorar certos domínios particulares para completar essas informações: ele poderia, por exemplo, preocupar-se com o grau de perda da soberania nacional brasileira face aos acordos do livre-comércio e se pôr à procura de precisões sobre as intenções expressas em relação a isso, se percebesse que elas continuam vagas ou confusas no retrato elaborado ao longo dos dados colhi-



dos. Simultaneamente, ele começa a distinguir categorias deveras significativas para classificar os conteúdos e focar-lhes a disposição, preparando assim as etapas por vir.

A análise de conteúdo não é, contudo, um método rígido, no sentido de uma receita com etapas bem circunscritas que basta transpor em uma ordem determinada para ver surgirem belas conclusões. Ela constitui, antes, um conjunto de vias possíveis nem sempre claramente balizadas, para a revelação — alguns diriam reconstrução — do sentido de um conteúdo. Assim, pode-se, no máximo, descrever certos momentos dele, fases que, na prática, virão às vezes entremear-se um pouco, etapas no interior das quais o pesquisador deve fazer prova de imaginação, de julgamento, de nuança, de prudência crítica...

Apresentamos, nas páginas seguintes, um modo de fazer. Não é evidentemente o único possível, mas corresponde a um procedimento frequentemente proposto pelos especialistas.

Na continuação da fase preparatória recém-evocada em que explora seu material, o pesquisador completa-o e se inteira dele, decidindo a maneira como vai decompô-lo, depois recompô-lo a fim de melhor fazer surgir sua significação. O tipo de recorte selecionado e o modo como serão agrupados os elementos que emergirão serão determinantes para a qualidade da análise e a das conclusões. É a partir dessas decisões que ele poderá alcançar o sentido profundo do conteúdo ou que passará ao largo das idéias essenciais.

Uma vez fixadas as modalidades do recorte e determinada a escolha das categorias no interior das quais as unidades resultantes serão organizadas, o pesquisador pode proceder à classificação dessas unidades, depois ao estudo dos resultados assim adquiridos.

Recorte dos conteúdos

Uma das primeiras tarefas do pesquisador consiste, pois, em efetuar um recorte dos conteúdos em elementos que ele poderá em seguida ordenar dentro de categorias. Dado que a finalidade é evidentemente agrupar esses elementos em função de sua significação, cumpre que esses sejam portadores de sentido em relação ao material analisado e às intenções da pesquisa. Os elementos assim recortados vão constituir as unidades de análise, ditas também unidades de classificação ou de registro. A palavra importante aqui é *unidade* para significar que cada um desses fragmentos de conteúdo deve ser completo em si mesmo no plano do sentido. O tamanho das unidades selecionadas pode variar de uma análise de conteúdo a outra, como variam também os critérios e modalidades de determinação delas.

O recorte mais simples de realizar prende-se às estruturas sintáticas dos conteúdos: quer se trate de estruturas lexicais como as palavras ou expressões, ou ainda de estruturas gramaticais como as frases ou as orações; essas têm a vantagem de serem claramente, para não dizer objetivamente, delimitadas.

A palavra constitui a menor unidade: nem todas interessarão igualmente ao pesquisador, que se deterá sobretudo em palavras-chaves que traduzam idéias conectadas direta ou indiretamente ao objeto de sua

Nenhuma regra obriga a proceder em primeiro lugar ao recorte: pode-se fixar inicialmente as categorias para, em seguida, recortar os conteúdos. Aliás, como veremos, as duas operações de escolha das categorias e de recorte dos conteúdos são conduzidas de maneira paralela e se enriquecem mutuamente: os conteúdos sugerem novas categorias, que levam, por sua vez, a uma leitura mais profunda do discurso.

investigação. Assim, termos como "nação", "liberdade", "desenvolvimento", etc. prenderão certamente a atenção daquele que se preocupa com nacionalismo, ao passo que ele reagirá menos a "petróleo" ou "Brasil". A riqueza de sua análise será contudo aumentada se ele amplia seu interesse às expressões como "o petróleo é nosso", "pra frente Brasil"... Existem *softwares* que permitem recuperar e enumerar automaticamente a ocorrência de tais palavras ou expressões: os dados assim obtidos permanecem, todavia, superficiais, pois não levam em consideração nem o contexto nem mesmo o sentido exato que uma palavra ou expressão pode ter. Um estudo menos mecânico dessas palavras ou expressões ou, melhor ainda, a escolha de frases ou de parte de frases como unidades de análise podem se revelar mais eloquentes.

Freqüentemente mais rico ainda, mas também mais delicado, será o recorte do conteúdo em temas, isto é, em fragmentos que correspondem cada um a uma idéia particular, quer se trate de um conceito como o de "liberdade política" ou, então, de "liberdade de expressão", ou que traduzem uma relação entre tais conceitos. A dificuldade nasce do fato de que esses temas exprimem-se, às vezes, de maneira mais ou menos manifesta, nem sempre são delimitados com clareza e se encontram freqüentemente misturados a outros temas. Sem contar outro fator a levar em consideração, a importância muito variável que lhes pode ser concedida no interior do conteúdo: alguns serão apenas aflorados, ao passo que outros ocuparão um lugar central.

Em compensação, a pesquisa dos temas pode melhor aproximar o pesquisador do sentido do conteúdo pois ele se vê obrigado, mais do que com os fragmentos que dependem da estrutura lexical ou gramatical, a construir suas unidades de análise a partir de sua compreensão desse conteúdo. Alguns censurarão o caráter subjetivo das inferências necessárias, ao que se pode retorquir que toda análise compreende uma parte de interpretação em que o pesquisador explicita o que ele entende dos resultados obtidos.

Uma vez agrupadas as unidades, o pesquisador que quer submetê-las a um tratamento estatístico pode facilmente enumerar as palavras ou as frases. Mas, se ele escolheu os temas, se quer dar conta da importância de cada um, é preciso ir além da freqüência de sua ocorrência, para dar uma medida mais precisa de seu lugar no conjunto do conteúdo. Essa medida pode se traduzir por um número de minutos de gravação, um número de linhas ou de parágrafos.

Se os números originados de tais cálculos e a interpretação que deles se faz acrescentam significação a unidades assim tratadas, pode ser que prefiram construir em outro lugar e diferentemente esse suplemento de sentido. As unidades de análise serão ainda palavras, expressões, frases ou enunciados que se referem a temas, mas esses elementos, em vez de serem enumerados ou medidos, serão vistos em função de sua situação no conteúdo, em função do conjunto dos outros elementos aos quais vêm-se ligados e que lhes fixam o sentido e o valor.

Assim, em um texto que trate da questão da soberania nacional, a expressão pode fazer referência a uma grande quantidade de situações e, portanto, de significações conforme se trate do combate às ideologias políticas de esquerda na época da ditadura militar ou dos recentes emba-

O termo *unidade* deve ser entendido como unidade de sentido porque as unidades compreendem, com muita freqüência, mais de uma palavra.

tes em torno da questão da ameaça à soberania por parte do processo de globalização econômica.

O último exemplo mostra bem que o estudo de um conteúdo fundado sobre as frequências de ocorrência e outras medidas, se esse permite dar conta de uma parte da significação desse conteúdo, corre o risco de deixar de lado nuances importantes no que concerne a essa significação. Sem negar o interesse potencial da enumeração das ocorrências das palavras, frases ou outros elementos de estrutura, verifica-se muitas vezes necessário considerar também os contextos em que esses elementos aparecem.

Primeiro e segundo grau: Puff, o dragão mágico

Quando se analisa um conteúdo para encontrar-lhe o sentido, visa-se inicialmente ao mais imediato, ao mais evidente, ao que está explicitamente dito: é o que se chama o conteúdo *manifesto*. Em muitos estudos, é nesse conteúdo que nos fixamos como postulado, justificando essa análise dita de primeiro grau, que o essencial da significação encontra-se nesse "manifesto", sem que seja útil presumir a existência de elementos ocultos.

Alguns julgam insuficiente essa análise no primeiro grau e crêem necessário levar mais longe as interpretações a fim de atingir o não-dito, os conteúdos ocultos, os elementos simbólicos da mensagem. Pois o discurso implícito, afirmam eles, mostra-se igualmente portador de sentido, ajuda a esclarecer o explícito e contribui para o sentido profundo do conteúdo.

Até onde ir? Tudo depende, ainda e sempre, do problema examinado e das intenções da pesquisa. Mas é certo que se deve levar em conta o explícito, pois as intenções e vontades declaradas são a porta de entrada do não-dito. Quando se transpõe esta porta, cumpre fazê-lo com muita prudência crítica.

Nos anos 60, Peter, Paul e Mary, um grupo de cantores americanos, lançaram uma balada intitulada *Puff, the Magic Dragon*, canção que contribuiu muito para sua já grande fama. Depois, alguns anos mais tarde, o grupo teve alguns problemas, tendo um de seus membros sido detido por posse de algumas gramas de droga. Ora, eis que certos espíritos tão astutos quanto bem pensantes se inquietaram com o sentido profundo da balada, descobrindo nela uma mensagem subliminar horrível sob sua aparência infantil: a canção inocente tornou-se subitamente convite a consumir todas as espécies de produtos euforizantes! *Puff* (pronuncie "pofe", à inglesa), para começar, nome com uma consonância pelo menos evocadora. Depois, *magic* como os cogumelos... e *dragon* que, em inglês, se diz quase *drug on*. E isso é apenas o título: pense que o texto fala, entre outras coisas, de um rapaz que atribui toda sorte de *fancy stuff* a seu dragão imaginado... Atrás da gentil história de uma criança com imaginação fértil desenha-se, latente, o discurso tão perverso da intoxicação!

Essa análise e o barulho que fez causaram um prejuízo imenso ao grupo que, por essa razão e um certo número de outras, teve de suspender suas atividades. Ora, teve de se convir depois, nada de tudo isso era justificado e até foi feita uma série de desenhos animados para as crianças bem pequenas em torno de *Puff* e de *Jacky*, os personagens da canção. Como contou mais tarde um dos membros do grupo, autor da balada, essa não tinha outro significado senão o mais evidente.

Esse exemplo, extrapesquisa, prova que as análises em que as pessoas se prendem ao conteúdo latente de um discurso requerem precauções: o estudo da significação de um conteúdo a partir do implícito, antes que do manifesto, obriga a inferências às vezes delicadas, e uma falta de cuidado, de prudência e de sentido da nuance nessas matérias pode conduzir a conclusões, no mínimo, lamentáveis.

Definição das categorias analíticas

O recorte dos conteúdos constitui uma das primeiras tarefas do pesquisador após a fase preparatória. A definição das categorias analíticas, rubricas sob as quais virão se organizar os elementos de conteúdo agrupados por parentesco de sentido, é uma outra tarefa que se reconhece primordial. A ordem desses dois momentos da análise de conteúdo pode variar: às vezes, o pesquisador define primeiro suas categorias, mas em outros casos sua determinação é precedida do recorte dos conteúdos, especialmente quando essas categorias são construídas de maneira indutiva, isto é, ao longo dos progressos da análise.

Três modos de definição das categorias apresentam-se ao pesquisador. Este em função de suas intenções, de seus objetivos e também de seu conhecimento da área em estudo pode na verdade abordar a análise de maneira aberta, fechada ou mista.

- Seguindo o *modelo aberto*, as categorias não são fixas no início, mas tomam forma no curso da própria análise.
- No *modelo fechado*, em contrapartida, o pesquisador decide *a priori* categorias, apoiando-se em um ponto de vista teórico que se propõe o mais freqüentemente submeter à prova da realidade.
- O *modelo misto* situa-se entre os dois, servindo-se dos dois modelos precedentes: categorias são selecionadas no início, mas o pesquisador se permite modificá-las em função do que a análise apontará.

No que segue, vamos tratar desses três modelos de um ponto de vista prático, considerando seus usos e seus méritos.

O Modelo Aberto O recurso a uma *grade aberta* é freqüente nos estudos de caráter exploratório, quando o pesquisador conhece pouco a área em estudo e sente necessidade de aperfeiçoar seu conhecimento de uma situação ou de um fenômeno a fim de enunciar hipóteses.

A abordagem é então indutiva: o pesquisador parte com um certo número de unidades, agrupando as de significação aproximada, para obter um primeiro conjunto de categorias rudimentares. Esse conjunto constitui o ponto de partida de um procedimento que, por etapas sucessivas, conduzirá às categorias finais. Desde já o pesquisador esforça-se por precisar as idéias identificando o que lhe parece a característica essencial de cada rubrica selecionada e pode eventualmente dar-lhe um nome provisório.

Assim, em suas categorias de enunciados, tirados dos discursos nacionalistas, nosso pesquisador poderia distinguir os enunciados de caráter "defensivo" daqueles que se verificam mais "construtivos" ou "ofensivos", para definir uma categoria cujo tema poderia ser "soberania nacional", uma outra que tratasse do "desenvolvimento", uma terceira, de "autonomia".

Vem em seguida um primeiro retorno crítico sobre o que foi assim elaborado, quando o pesquisador vê cada unidade de conteúdo e a categoria na qual foi colocada: essa unidade está realmente bem situada em tal

Pode-se estabelecer um certo paralelismo entre os modelos de análise aberta, fechada ou mista e o que foi dito dos instrumentos de observação e de entrevista no capítulo anterior: estes podiam ser muito estruturados inicialmente ou não, ou, ainda, parcialmente, deixando ao pesquisador a possibilidade de transformá-los no curso do caminho.

categoria? Uma outra lhe conviria melhor dentre as que existem? Seria preciso criar uma nova categoria para melhor considerar sua especificidade? Isso conduz a um eventual remanejamento das categorias, algumas nascendo dessa reflexão, enquanto outras mudam ou desaparecem, e obriga a precisar suas características e os termos que as definem. Completado esse retorno crítico, ele é repetido tantas vezes quantas forem necessárias, cada vez que a categorização for modificada: pouco a pouco essa se estabiliza, suas rubricas desenham-se mais nitidamente, os enunciados ambíguos, de início deixados à parte, conseguem encontrar seu lugar, assumindo as categorias sua forma definitiva. Apoiando-se no que encontra aí, o pesquisador revisa então cuidadosamente as características de cada uma a fim de bem precisar o que a distingue das outras. Ele resume essas características em um título que vem encabeçá-la e permite falar sobre ela mais facilmente. Mas, o que é mais importante, essas características lhe servem para definir os critérios de pertinência, em virtude dos quais poderá decidir a inclusão das unidades de conteúdo na categoria, no momento de proceder à classificação final do conjunto desses conteúdos. As categorias e seus critérios de pertinência constituem a própria grade de análise.

A exploração do discurso da consciência cívica suscita assim algumas grandes categorias: salvaguarda das tradições, defesa da cultura e da autonomia econômica, para o que estava na origem, a categoria "sobrerania". E dentro da salvaguarda das tradições, o pesquisador selecionou duas subcategorias: tradições religiosas, outras tradições (familiares, cívicas...). Do mesmo modo, a categoria de início chamada "desenvolvimento" foi cindida em várias outras categorias: desenvolvimento da educação, afirmação da cultura nacional e, evidentemente, desenvolvimento econômico. Esta última rubrica comporta por sua vez várias subcategorias que dizem respeito respectivamente à energia, ao emprego, à poupança, ao empresariado... Quanto à autonomia, ela também foi estilizada em várias categorias: relações internacionais, cidadania, centros de decisões, recuperação dos poderes (estas duas últimas rapidamente fundidas em uma só: centros do poder...), etc.

Uma grade de análise aberta é habitualmente elaborada a partir de somente uma fração dos conteúdos, salvo se esses são reduzidos. Considerada a amplitude do que reuniu nosso pesquisador sobre o nacionalismo não terá realmente usado senão uma amostra limitada de seu material: resta-lhe então classificar o restante. Voltaremos a isso um pouco mais adiante, após ter descrito os modelos fechados e mistos.

O Modelo Fechado O pesquisador também decide usar uma *grade fechada*. A questão do nacionalismo é com efeito bem conhecida para se haver tornado e para se tornar ainda, junto aos brasileiros como em qualquer lugar do mundo, o objeto de múltiplos debates em que cada um de seus aspectos é examinado em detalhe. Inúmeras obras trataram disso, teorias de diversas naturezas (sociológica, econômica, política, psicológica) têm sido propostas e ajudam a circunscrever e a compreender o fenômeno. Um pesquisador poderia então recorrer a essa bagagem teórica para elaborar sua hipótese e em seguida colocá-la à prova.

O "petróleo é nosso"

Em meados dos anos 50, no contexto do nacionalismo populista da era Vargas, diversos setores da sociedade: alguns industriais, camadas médias urbanas, dentre elas os estudantes e o operariado – se unem na campanha "O Petróleo é nosso", opondo-se aos interesses da burguesia comercial importadora e exportadora, que se torna assim uma força de oposição ao governo.



"Estudantes protestam em defesa do monopólio do petróleo"

A hipótese enunciada põe em jogo um certo número de conceitos cujas dimensões traduzem-se em indicadores, assim como vimos no capítulo anterior. Esses indicadores definem, por sua vez, uma grade que permite a categorização dos enunciados. Em muitos trabalhos, os pesquisadores apóiam-se em tal grade, construída *a priori* e de maneira dedutiva, para classificar os elementos do conteúdo; a grade é dita fechada na medida em que não é modificada depois, no curso da investigação dos dados. Alguns elementos dos conteúdos poderão às vezes escapar a essas categorias. Todavia, isso quase não afeta a pesquisa, pois se trata mais de assegurar a presença ou a ausência de elementos bem determinados antecipadamente, em função da hipótese e do sentido que se lhe pode atribuir, do que de determinar todos aqueles elementos que o material poderia conter.

O recurso a uma grade fechada é freqüentemente recomendado. Inicialmente porque esse modo de análise revela-se seguro para o pesquisador, que não precisa inventar seu instrumento de análise à medida dos progressos desta: ele pode tranquilizar-se com uma estrutura definida *a priori*. Mas, sobretudo, porque raros são os domínios e objetos de pesqui-

Já foi destacado, uma pesquisa parte das preocupações do pesquisador, mas é elaborada apoiando-se em saberes já construídos que ela possibilita completar e aperfeiçoar.

sa para os quais não existe já uma base teórica. Seria lamentável que o pesquisador se privasse desses fundamentos com que normalmente conta para o enunciado de sua problemática. Com efeito, eles emergem e dão conta de uma experiência e de um saber acumulados ao longo de observações e de reflexões anteriores, experiência e saber que a nova pesquisa vem prolongar e aperfeiçoar, questionando novamente essas teorias existentes, situando-se assim em um *continuum* de contribuições aos progressos do conhecimento.

Contudo, várias pessoas desaprovam a extrema rigidez da grade fechada: a finalidade de uma pesquisa é renovar alguns de nossos conhecimentos e não simplesmente ratificar o valor do que se sabe. Essa renovação emergirá freqüentemente da presença de elementos de natureza imprevisível cuja importância exige uma atenção, uma abertura, que nem sempre esse tipo de grade garante. Eis por que nosso explorador do discurso nacionalista poderia preferir uma grade dita mista que oferece as vantagens da grade fechada, isto é, o conforto de uma estrutura predefinida fundada em teorias existentes e, ainda mais, com a flexibilidade do modelo aberto.

O Modelo Misto A construção de uma *grade mista* começa, pois, com a definição de categorias *a priori* fundadas nos conhecimentos teóricos do pesquisador e no seu quadro operatório. Mas essa grade não tem mais o caráter imutável da anterior, pois, em suas análises e interpretações, o pesquisador não quer se limitar à verificação da presença de elementos predeterminados; espera poder levar em consideração todos os elementos que se mostram significativos, mesmo que isso o obrigue a ampliar o campo das categorias, a modificar uma ou outra, a eliminá-las, aperfeiçoar ou precisar as rubricas... A primeira etapa de seu procedimento assemelha-se certamente ao que ele devia fazer no modelo fechado, mas a continuação corresponde mais ao trabalho efetuado no modelo aberto. O pesquisador agrupa inicialmente o melhor possível as diversas unidades de conteúdo nas categorias previamente fixadas, com o risco de deixar algumas à parte. Depois, se sucedem as revisões críticas tomando muitas vezes como ponto de partida os elementos não classificados na primeira vez, que podem acarretar a criação de novas categorias ou, então, a ampliação ou a subdivisão de categorias existentes e a definição de novos critérios de pertinência. Tais modificações forçam a rever a classificação do conjunto dos elementos. A operação é, pois, reiniciada, às vezes em várias retomadas, até que o todo se cristalize em torno de rubricas claramente definidas, deixando a cada elemento uma colocação que lhe convém e uma grade em que as regras de inclusão desses elementos em cada uma das categorias sejam bem explicitadas.

Uma vez elaboradas suas categorias analíticas e recortados os conteúdos em unidades, o pesquisador tem ainda um certo número de operações a realizar antes de chegar à conclusão. Deve, com efeito, proceder à categorização definitiva dos elementos desses conteúdos. Depois, em função dos objetivos perseguidos, cumpre decidir modalidades particulares que ele operacionalizará em seguida para a análise e a interpretação do *corpus* dos dados assim estruturado.

As qualidades de um bom conjunto de categorias

Pouco importam as modalidades que presidem sua elaboração, as categorias devem possuir certas qualidades caso se queira que a análise se mostre significativa. Exige-se delas que sejam:

- Pertinentes, isto é, convir aos conteúdos analisados, na falta do que a pesquisa não levará a parte alguma.
- Tão exaustivas quanto possível, para englobar o máximo dos conteúdos. Pode acontecer, todavia, que alguns elementos desses continuem inclassificáveis, o que é preciso aceitar, mais do que querer a qualquer preço atribuir-lhe um sentido que não seria o seu.
- Não demasiado numerosas, pois que a finalidade perseguida é de reduzir os dados. Os pesquisadores menos experientes têm freqüentemente a impressão de que quanto mais o número de categorias cresce, mais fina e nuançada torna-se a análise. Isso é verdade de certa maneira, mas não se deve exagerar, pois a rigor não haveria mais categorias, somente as unidades que resultam do recorte dos conteúdos.
- Precisas, isto é, definidas de maneira que se saiba claramente onde colocar as unidades de conteúdo, na falta do que as classificações correm o grande risco de variar no tempo ou em função das pessoas, o que compromete o valor da análise e a qualidade das conclusões.
- Mutuamente exclusivas — um elemento de conteúdo não podendo encontrar-se senão em uma só categoria — embora alguns pesquisadores mostrem-se aqui menos exigentes, na medida em que os enunciados nem sempre são unívocos. Assim, um enunciado que conclama "Pra frente Brasil" pode promover tanto um sentimento da unidade ideológica da nação (através do futebol, por exemplo) quanto a crença na grandeza nacional no campo econômico.

Categorização final das unidades de análise

A categorização final das unidades de análise não deveria normalmente apresentar maior dificuldade, mesmo que seja às vezes fastidiosa. Trata-se de considerar uma a uma as unidades à luz dos critérios da grade de análise para escolher a categoria que convém melhor a cada uma. Uma parte dos elementos dos conteúdos pode já ter sido colocada nas diversas categorias quando a grade, aberta ou mista, foi elaborada a partir desses elementos. A classificação do resto do material se verifica ainda mais fácil porque as unidades de análise são bem delimitadas, as categorias nitidamente diferenciadas e os critérios de inclusão em cada uma suficientemente claros e precisos para garantir a confiabilidade e a fidedignidade da operação. Os resultados desta não deveriam variar se ela recomeçou em um momento diferente ou se é retomada por uma ou várias pessoas trabalhando independentemente.

Acrescentemos que o pesquisador pode proceder à classificação de todos os conteúdos recolhidos ou, então, se a bagagem se revela excessiva, julgar suficiente fazer apenas a análise dos conteúdos de uma amostra prévia, aplicando à totalidade do material as regras e princípios da amostragem descritos no capítulo anterior.

Modalidades de análise e de interpretação

Nosso pesquisador deve agora decidir que modalidades particulares adotará na seqüência de seu trabalho: exatamente, por mais literal que seja o material aí tratado, a análise de conteúdo pode adotar um caminho quantitativo, bem como um caminho qualitativo.

Números ou letras

Na abordagem quantitativa, após ter reunido os elementos tirados dos conteúdos em categorias, o pesquisador constrói distribuições de frequência e outros índices numéricos. Em seguida, põe em movimento o aparelho estatístico habitual, com seus cálculos de coeficientes, análises de variância e outros mecanismos de que falamos na primeira seção deste capítulo. Os adeptos dessa abordagem explicam que esses tipos de medidas veiculam uma boa parte, se não todo o sentido dos conteúdos, e que esse gênero de estudo é a maneira mais objetiva de alcançar esse sentido.

A abordagem qualitativa apóia-se, como a precedente, em uma categorização dos elementos. Mas antes de reduzir a uma simples frequência

Alcançar o sentido com medida

O recurso ao número para extrair o sentido de uma mensagem não é desprovido de sentido! Desde que não se lance nisso não importa como, enumerando tudo o que se apresenta, desde que não se espere mais do que o número pode dar.

Assim, por ocasião da campanha presidencial brasileira de 1989, um pesquisador poderia propor uma autópsia numérica do debate televisivo entre os dois candidatos: Lula e Collor. Mas, para fazer isso, ele não se poria a contar sem antes colocar um certo número de questões: Os candidatos tiveram desempenho oratório diferente? Empregaram um estilo defensivo ou agressivo, ou ainda evasivo? Quais foram os temas de predileção de cada um dos candidatos? Depois, para cada uma dessas perguntas, seriam estabelecidos dados numéricos.

Quanto aos temas prediletos, por exemplo, poder-se-ia analisá-los a partir da escolha de palavras-chaves. "A escolha das palavras não é deixada ao acaso em um debate político, de sorte que a frequência de um vocábulo é sintomática da importância que ela reveste para o locutor e indica os eixos de sua estratégia de comunicação". Ressaltemos que o pesquisador deve aqui permanecer prudente: a frequência é, a seu ver, um sintoma e não uma medida precisa da importância de um termo. Por outro lado, ele não se interessa por todas as palavras, mas fixa mais, em seu quadro comparativo, só as expressões que voltaram um certo número de vezes à boca de um e de outro dos candidatos.

Neste sentido uma pesquisa realizada à época (5 de dezembro de 1989), pela DataFolha pode ser elucidativa.

Lula falou quatro minutos a mais do que Collor durante o debate de Domingo. Lula estourou o tempo em 27 das 31 intervenções e Collor em 25. Os medidores tiveram o bom senso de deixar esses avanços ocorrerem sem seguidas interrupções. No final, eles se compensaram e ninguém se prejudicou.

A aferição que o DataFolha fez do uso de palavras-chaves, dos dois candidatos durante o debate mostra que Collor estava mais preocupado com a Frente que dá sustentação ao seu adversário do que Lula. Collor citou 41 vezes a Frente Brasil Popular; Lula só quatro. O PRN foi citado quatro vezes por Lula e três por Collor. Lula, que acusou o concorrente de falar muito de si mesmo, usou a palavra *eu* 73 vezes, Collor a usou 51 vezes. Lula falou 54 vezes *nós*; Collor 43.

Analistas acham que o discurso de Collor é mais populista que o de Lula. No debate, Lula falou em **povo** 28 vezes e Collor quatro. Collor acusa Lula de não ser democrático. No debate, Lula falou em democracia oito vezes; Collor apenas duas.

Ao contrário do que muitos esperavam, Collor não se ateuve muito aos temas que o tiraram do anonimato: falou de marajás só três vezes (Lula duas) e de corrupção quatro vezes (Lula uma). Já Lula abordou bastante o assunto que o tornou famoso: a classe trabalhadora apareceu 23 vezes com Lula no debate; com Collor, 14. O capitalismo não foi mencionado nenhuma vez pelos candidatos. Nem a social-democracia. Lula só falou de classe média (seis vezes) e dos pequenos e médios produtores (outras seis). Collor usou seu: "minha gente" cinco vezes e Lula não chamou ninguém de companheiro. Lula acusou Collor seis vezes de dizer inverdades.

todos aqueles reunidos sob uma mesma rubrica como se fossem equivalentes, o pesquisador detém-se em suas peculiaridades, nas nuances que aí se expressam, do mesmo modo que nas relações entre as unidades de sentido assim construídas. Seu postulado subjacente é que a especificidade dos elementos do conteúdo e as relações entre esses elementos são portadoras da significação da mensagem analisada e que é possível alcançá-la sem mergulhar na subjetividade.

Duas modalidades opostas? Em suas versões radicais, certamente! Pois uma, temendo a subjetividade, concede importância à frequência da ocorrência das palavras, expressões ou temas e a outros índices tomados como medidas objetivas do sentido do conteúdo. Para a outra, é menos a frequência do que a presença (ou a ausência) de uma característica que importa, de sorte que nos ligamos ao que parece novo, significativo, ainda que alguns desses elementos ocorram de maneira fugaz. É claro, o julgamento que reconhece o novo e o eloqüente pode mostrar-se subjetivo; mas os números o serão tão menos quando o pesquisador deve determinar sua base de cálculo e, efetuados estes cálculos, interpretar os resultados deles?

Uma vez que nenhuma das modalidades poderia pretender uma objetividade perfeita, parece mais útil e realista contar com um esforço de objetivação, esforço por meio do qual o pesquisador explicita suas escolhas e interpretação das unidades de sentido, assim como as razões de suas maneiras de agir, e entrega o todo ao julgamento de outrem. As perspectivas quantitativas e qualitativas não se opõem então e podem até parecer complementares, cada uma ajudando à sua maneira o pesquisador a cumprir sua tarefa, que é a de extrair as significações essenciais da mensagem.

As múltiplas faces da análise de conteúdo

Persiste muita confusão em torno da idéia de análise de conteúdo.

Alguns a vinculam estreitamente aos estudos com base documental e fazem dela uma técnica, se não uma estratégia de pesquisa, incluindo nela a coleta de informação, por exemplo. Parece-nos mais claro e também mais justo vincular-nos mais de perto ao sentido do termo *análise*, sem, por outra parte, restringir o termo *conteúdo* só ao material apresentado sob a forma de documentos escritos.

Outra fonte de confusão: nos anos 70, a expressão *análise de conteúdo* fazia referência a esse aparelho particular, de espírito mais quantitativo, de análise do discurso manifesto, privilegiando os cálculos de frequência dos termos e expressões usados. Em continuação, não tendo essa abordagem dado todos os frutos esperados, ampliou-se simultaneamente o domínio e as modalidades do que continuou a se chamar de análise de conteúdo. Não podendo os psicólogos satisfazer-se sempre com o que é abertamente expresso, houve um transbordamento para a mensagem escrita integrada ao discurso. Também, ao lado das análises estatísticas, um pouco mais aperfeiçoadas, produziram-se abordagens qualitativas em que a lógica dos conteúdos é retardada pelo estudo das próprias unidades de sentido, das relações entre elas e do que delas emana.

As preocupações quantificadoras tornam-se às vezes exclusivas ao ponto de obliterar o conteúdo. A medida será sempre mais precisa do que a mais descritiva exploração, mas se mostra amiúde menos pertinente.

Análises estatísticas de conteúdo

Se o pesquisador escolhe o recurso aos instrumentos estatísticos, cumpre inicialmente quantificar os dados reunidos em cada uma das categorias. O modo de quantificação mais usual se liga às frequências: basta enumerar as unidades presentes sob cada rubrica, lembrar que se destacaram, por exemplo, cinco elementos referentes à defesa da consciência cívica, nove tratando da independência energética... O pesquisador usará, às vezes, outras referências numéricas, como as medidas do lugar ocupado pelos diversos temas descritos em um conteúdo. Essas medidas podem exprimir-se em número de palavras, de frases, de minutos de gravação: fixar-se-á então que o equivalente de 10 linhas de texto será dedicado à salvaguarda da consciência cívica, 30 à auto-suficiência em energia. Traduzem-se também sob forma de relatórios que comparam os temas entre si, ou de porcentagens que explicitam sua importância em relação ao conjunto do conteúdo: mais de 60% do texto discute independência energética, enquanto 20% trata das questões do civismo, poder-se-ia fazer notar.

Já foi visto, os pesquisadores e seus colegas estatísticos desenvolveram diversos índices, às vezes muito sofisticados, que podem prestar serviços significativos no que concerne à quantificação. Vários *softwares* foram também concebidos para referenciar, dentre outras, as unidades lexicais nos textos e enumerar automaticamente suas ocorrências. Alguns podem até dar conta das co-ocorrências de termos ou de expressões, uma maneira de conceder um pouco de atenção ao contexto. Mas esses instrumentos continuam rudimentares e ainda lhes falta sutileza.

Pouco importando a maneira pela qual foram obtidos e seu grau de sofisticação, os dados numéricos são logo submetidos aos diversos tratamentos estatísticos usuais; de início, com uma finalidade descritiva, depois, com uma finalidade de verificação de hipóteses, assim como foi visto na seção anterior. Essas análises estatísticas devem prolongar-se através da interpretação dos novos números, índices e coeficientes que delas emergem: é o momento do retorno ao sentido, aquele em que o pesquisador explica o que se deve entender dos resultados obtidos, a significação que se pode atribuir-lhes, o que traduzem do conteúdo inicial, o que indicam do valor das hipóteses formuladas.

É assim que, após ter medido as variações na ocorrência dos diversos temas, as mudanças de suas frequências relativas, testado o caráter significativo dessas mudanças, nosso pesquisador sobre o nacionalismo interpretaria esses resultados em termos de evolução do discurso e faria inferências sobre a transformação das mentalidades e do contexto social que essa evolução traduz.

Análises qualitativas de conteúdo

O pesquisador pode também preferir uma abordagem diferente, pois, se o número permite apanhar uma parte da significação de um conteúdo através das frequências e outros índices da importância relativa de seus elementos, uma outra parte corre o risco de desaparecer no processo, porque refratários a tais medidas. Daí o interesse de abordagens mais

qualitativas que conservam a forma literal dos dados. O pesquisador decide prender-se às nuances de sentido que existem entre as unidades, aos elos lógicos entre essas unidades ou entre as categorias que as reúnem, visto que a significação de um conteúdo reside largamente na especificidade de cada um de seus elementos e na das relações entre eles, especificidade que escapa amiúde ao domínio do mensurável.

As maneiras de proceder são aqui menos codificadas do que na abordagem anterior; não há regras tão formalmente definidas, ainda que análise e interpretação muitas vezes se confundam. O que não significa que o procedimento seja aleatório e subjetivo: é preciso, ao contrário, assegurar-se de que ela continue estruturada, rigorosa, sistemática. Isso já foi dito, a objetividade se apresentará sempre como uma busca constante que tem a ver com a transparência do procedimento, o esforço de objetivação pelo qual são explicitadas, explicadas e justificadas cada uma das etapas transpostas, cada uma das decisões tomadas.

Distinguem-se geralmente três modos ou estratégias de análise e de interpretação qualitativas.

Emparelhamento A primeira estratégia, que os anglo-saxões chamam de *pattern-matching*, consiste em emparelhar ou, mais precisamente, em associar os dados recolhidos a um modelo teórico com a finalidade de compará-los. Essa estratégia supõe a presença de uma teoria sobre a qual o pesquisador apóia-se para imaginar um modelo do fenômeno ou da situação em estudo. Cumpre-lhe em seguida verificar se há verdadeiramente correspondência entre essa construção teórica e a situação observável, comparar seu modelo lógico ao que aparece nos conteúdos, objetos de sua análise. A qualidade da organização lógica do quadro operacional mostra-se aqui primordial, pois a grade de análise que dela emerge torna-se não só o instrumento de classificação, mas também o de toda a análise-interpretação dos conteúdos.

Análise Histórica A segunda estratégia constitui, na realidade, um caso particular da precedente. De fato, o pesquisador baseia-se, ainda aqui, em um quadro teórico explícito, para elaborar desta vez um roteiro sobre a evolução do fenômeno ou da situação em estudo, previsões que sua análise submete à prova da realidade dos dados colhidos. O esquema não é, portanto, fundamentalmente diferente daquele precedente, mas é selecionado por causa de sua importância. É verdadeiramente a esse tipo de análise que recorrerá o pesquisador que se debruça sobre o discurso nacionalista, uma vez que é exatamente a evolução desse discurso que o interessa.

Construção Iterativa de uma Explicação A terceira estratégia, dita *construção iterativa de uma explicação*, distingue-se das duas primeiras pelo fato de que não supõe a presença prévia de um ponto de vista teórico. O processo de análise e interpretação é aqui fundamentalmente iterativo, pois o pesquisador elabora pouco a pouco uma explicação lógica do fenômeno ou da situação estudados, examinando as unidades de sentido, as inter-relações entre essas unidades e entre as categorias em que elas se encontram reunidas. Essa modalidade de análise e de

ITERATIVO Que é repetido. Um processo é dito iterativo quando progride por aproximações sucessivas. A construção das categorias da grade aberta é um exemplo de tal processo.

interpretação, que lembra a construção da grade aberta, convém particularmente aos estudos de caráter exploratório quando o domínio de investigação não é bem conhecido do pesquisador, a ponto de este julgar preferível não elaborar hipótese *a priori*. Esta é então simultaneamente desenvolvida e verificada, ainda que em parte, em um vaivém entre reflexão, observação e interpretação, à medida que a análise progride.

Não se disse tudo sobre a análise de conteúdo, visto que resta muita coisa a inventar nesse domínio. Mas se reconhece aí uma grande riqueza de possibilidades, um campo em que os pesquisadores podem e devem fazer prova tanto de imaginação quanto de rigor.

Rigor e imaginação

A análise de conteúdo assemelha-se a técnicas que se mostram delicadas ao uso, que exigem tempo e, portanto, paciência e perseverança por parte do pesquisador. Elas também demandam disciplina, uma organização sistemática que, no entanto, não venha podar suas intuições, sua imaginação nem sua sutileza e perspicácia. Essas exigências são contraditórias sob vários aspectos e o pesquisador deve encontrar um justo equilíbrio, como deve encontrá-lo entre a exatidão, o rigor, de um lado, e a profundidade que é justo reconhecimento da complexidade, de outro lado.

Algumas análises de conteúdo continuam simplistas, como aquelas em que é suficiente um tratamento estatístico sumário após a enumeração das ocorrências de certas palavras-chaves. Abusou-se, aí de nós!, às vezes, dessas quantificações rudimentares que conduzem a evidências. Felizmente, os estudos desse gênero ganham em refinamento: a definição das categorias analíticas testemunha a presença de uma sólida bagagem teórica, e a seleção das unidades de conteúdo se torna mais sofisticada. Essas unidades mais complexas prestam conta melhor do sentido desses conteúdos, forçando o pesquisador a um recuo, a uma reflexão em relação a suas interpretações espontâneas.

O trabalho continua sempre delicado sem que a confiabilidade ou a validade do que dele ressalta possam ser asseguradas por testes, como se encontra nos estudos de caráter mais estatístico. É preciso, pois, cuidar especialmente suas análises, retomá-las às vezes sob diversos ângulos, e até, se for o caso, mandá-las refazer por outros para em seguida comparar os resultados.

Em contrapartida, esse tipo de análise abre a porta ao estudo do implícito tanto quanto do explícito e se aplica a todo material literal, até àquele que não é absolutamente organizado em função da pesquisa, dando assim acesso a minas de informações, de outra forma, difíceis, se não impossíveis, de alcançar.

CONCLUIR

Invalidar, confirmar ou modificar a hipótese

Traçar um esquema de explicação significativo

Quando possível, generalizar a conclusão

Completadas suas análises, o pesquisador deve prolongar sua reflexão através de um retorno aos fundamentos teóricos do trabalho, através de um questionamento dos saberes anteriormente adquiridos e dos outros elementos da problemática. Decorrerá daí, eventualmente, uma revisão da hipótese ou de novas questões de pesquisa: entramos aqui na conclusão do trabalho em que o pesquisador deve "fechar o círculo" e abrir novos horizontes.

Conclusão da pesquisa

A análise dos dados e a interpretação que a segue ou acompanha não vêm concluir o procedimento de pesquisa. Deve-se ainda tirar conclusões: pronunciar-se sobre o valor da hipótese, elaborar um esquema de explicação significativo, precisar-lhe o alcance bem como os limites e

ver que horizontes novos se abrem à curiosidade dos pesquisadores. Este é o propósito da última etapa a aparecer no quadro que nos guia desde o começo.

Fechar o círculo, abrir novos horizontes

Já vimos, todo projeto de pesquisa nasce de uma intenção, de uma necessidade de saber mais, de resolver um problema, de responder a uma questão. O procedimento não poderia estar completo sem um retorno a essa intenção original, à necessidade sentida no início, a fim de determinar em que medida essa necessidade está satisfeita, o problema resolvido, uma resposta dada à questão. Somente assim o círculo será fechado, o trabalho despendido terá dado seus frutos.

Essa solução ao problema, essa resposta à questão foi objeto de uma antecipação apresentada sob a forma de hipótese. O primeiro cuidado do pesquisador será apreciar-lhe o valor à luz do que a pesquisa trouxe como informações e do sentido que ele pôde atribuir-lhes. Ao termo da análise e da interpretação, tal elo de causa e efeito ficou efetivamente claro? Tal relação pressentida entre os elementos de uma situação — o conhecimento de outras culturas e a agressividade intercultural, por exemplo — patenteou-se? Tal evolução prevista de um fenômeno no tempo desenvolveu-se como se esperava? Em outras palavras, os resultados da pesquisa confirmam a hipótese? Invalidam-na? Obrigam a modificações, nuances?

A conclusão não se detém aí: resta ainda fornecer um esquema que explique a situação, o fenômeno. Se a hipótese se verifica como o esperava o pesquisador, a tarefa mostra-se relativamente fácil. Porém, na medida em que a hipótese deve, às vezes, ser modificada, a explicação torna-se mais árdua. Ela exige com muita frequência um retorno aos fundamentos teóricos do trabalho e um questionamento dos saberes utilizados na elaboração da problemática e na explicação do problema, bem como da solução presumida.

A conclusão deve ser também a ocasião de um retorno crítico às escolhas metodológicas e sua operacionalização. Essas se revelaram adequadas, tanto nos planos da estratégia adotada, dos instrumentos e ferramentas selecionados quanto das modalidades da análise? Vieses puderam introduzir-se no processo de verificação? Dificuldades especiais surgiram que teriam influenciado os resultados?...

Colocados esses julgamentos, torna-se possível para o pesquisador determinar o alcance e os limites de seu estudo, precisar o que este permite afirmar e o que é preciso evitar que ele expresse. Depois disso, ele pode falar dos novos horizontes que se abrem graças a seu trabalho.

Esses horizontes são de toda natureza. Alguns estão ligados aos próprios saberes produzidos, saberes teóricos do mesmo modo que práticos, e às suas conseqüências humanas e sociais que o pesquisador deve explicitar. Outros têm a ver com os domínios, situações ou fenômenos aos quais as conclusões poderão eventualmente se estender. Há também as perspectivas de novas pesquisas, esses horizontes ainda vagos que se delineiam sob forma de problemas, questões, projetos complementares

Uma "boa" pesquisa suscita, no mínimo, tantas questões novas quantas não consegue responder.

sugeridos pelos resultados obtidos na pesquisa ou, também muito importante, pelo que ela não permitiu dizer. Tudo isso sem contar as inovações metodológicas que ela propiciou e que tornam possíveis explorações novas.

Adivinha-se que a conclusão constitui um momento importante da pesquisa, a ocasião por excelência de fazer justiça à qualidade do trabalho realizado. É indispensável, pois, elaborá-la com cuidado e minúcia, mesmo que a pressa de terminar nos atinja. É uma etapa amiúde simples de transpor, principalmente porque se situa no prolongamento direto das etapas precedentes que ela vem naturalmente coroar, retomando vários de seus elementos. Voltaremos a essa etapa de maneira mais prática no capítulo 9, em que tratamos da comunicação da pesquisa. A construção das conclusões será descrita na segunda parte em que serão explicitadas as matérias essenciais do relatório de pesquisa.

É freqüentemente pela conclusão que as pessoas interessadas tomam conhecimento de um trabalho de pesquisa.

Algumas observações para concluir sobre o método

É chegado o momento de fechar esta parte sobre os métodos de pesquisa. Ela nos permitiu inicialmente mostrar as diversas estratégias que se oferecem ao pesquisador, tomar conhecimento dos principais instrumentos e técnicas de coleta da informação, e abordar enfim os diversos modos de tratamento, de análise e de interpretação desses dados a fim de poder chegar a conclusões que se pretendem uma contribuição à construção do saber.

Antes de passar à comunicação dos resultados, duas observações impõem-se. Lembremos em primeiro lugar que se a escolha, a elaboração e a operacionalização de um método exigem muito do pesquisador e influenciam grandemente a qualidade de seu trabalho, a ponto de apresentar-se, às vezes, como elementos centrais do procedimento, elas não ficam menos subordinadas ao problema e à hipótese, constituindo esta última a verdadeira espinha dorsal do empreendimento.

É preciso enfim ter em mente que, se toda pesquisa se pretende rigorosa, este rigor não repousa somente no aparelho metodológico; ela poderia ser garantida por uma forma qualquer de rigidez mecânica de que o pesquisador poderia fazer prova em sua operacionalização. O rigor autêntico não é uma questão de formalismo técnico. Ao contrário, acomoda-se com flexibilidade nessa matéria, na medida em que essa flexibilidade leva a uma maior coerência do conjunto do procedimento, desde o enunciado do problema inicial até a conclusão, passando pelos fundamentos teóricos que regem seu desenvolvimento.

PRÁTICA

SEGUNDA ETAPA DO TRABALHO DE PESQUISA (III): COLETA E ANÁLISE DE DADOS. CONCLUSÃO

Ao final do capítulo precedente, você empreendeu a segunda etapa de seu trabalho de pesquisa. Selecionou uma estratégia, determinou a fonte de seus dados, elaborou seu quadro operacional e preparou os instrumentos necessários à coleta das informações. Se isso já não está feito, é tempo de proceder a essa coleta.

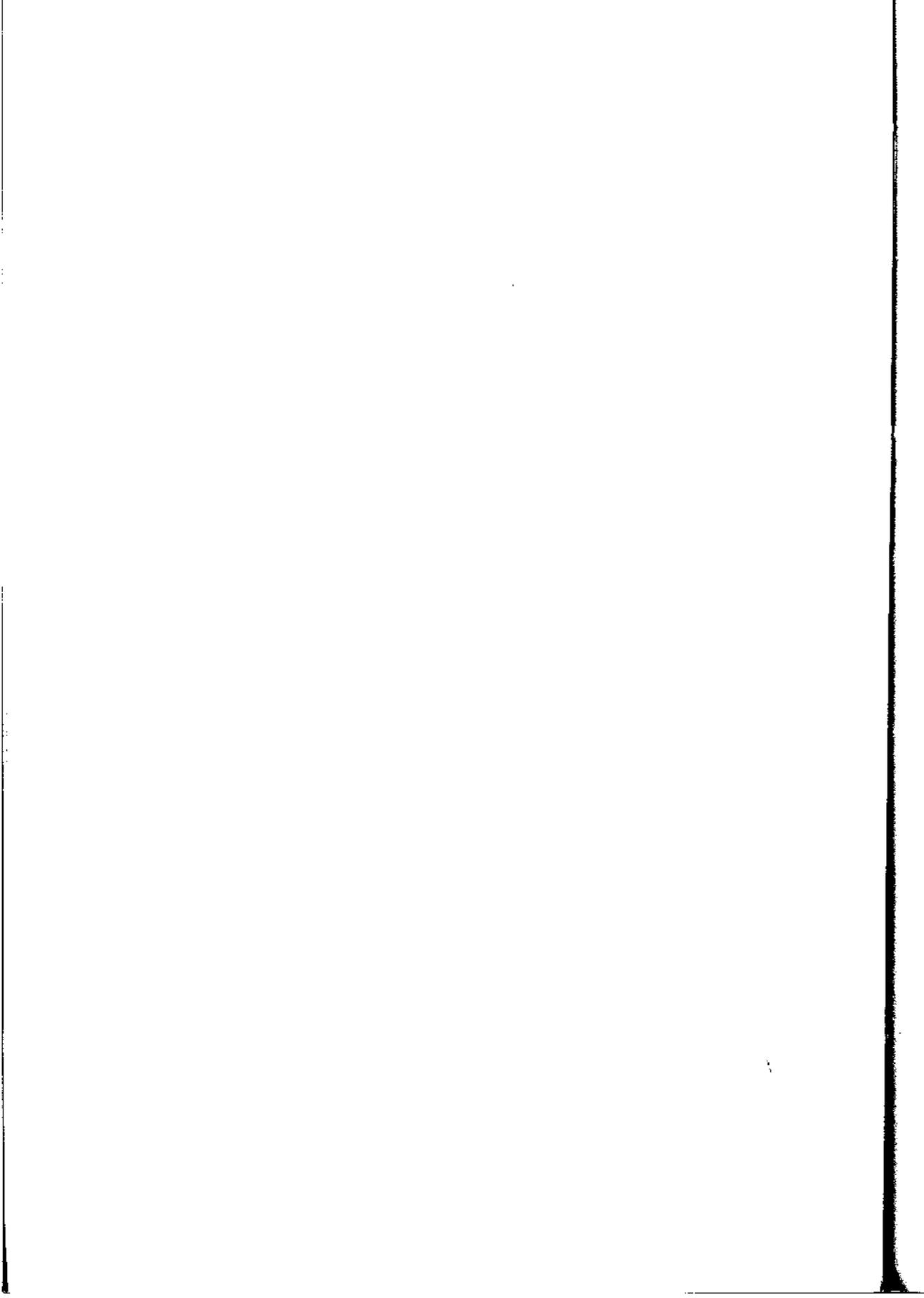
Você começará então o processo de análise e de interpretação dos frutos de sua investigação.

Em um primeiro momento, em função da natureza de sua hipótese, de um lado, e daquela de seus dados, de outro, você deve se pronunciar sobre as modalidades dessa análise: Será ela uma análise de conteúdo? Terá você acesso ao aparelho estatístico? Você pode também ter em vista uma fórmula mista, se o material reunido se prestar a isso. O importante aqui é fixar que não há abordagem superior em si mesma, mas que o valor de sua análise tem a ver com a coerência de suas escolhas relativamente aos diversos elementos de seu trabalho.

Em seguida, você terá de preparar as informações assim reunidas, sejam numéricas ou literais. Se você escolher privilegiar a abordagem estatística, deverá proceder à codificação, à transferência e à verificação de seus dados. Depois virá a análise propriamente dita, com a etapa de caracterização dos dados, depois a da aplicação dos testes aos quais você julgará pertinente recorrer. Então lhe restará fazer a leitura dos resultados obtidos desses testes, para ver que significação você pode lhes atribuir.

Se você opta, de preferência, por uma análise de conteúdo, deverá fixar suas escolhas de categorias e recortar os conteúdos coletados, depois proceder à categorização do material reunido. Virá então o momento da reconstrução do sentido dos discursos estudados, seja por uma abordagem quantitativa ou por uma abordagem qualitativa, a escolha dependendo aqui da natureza do discurso e das intenções da pesquisa.

Uma vez completada a análise, seguindo o que foi explicado no capítulo que acabamos de encerrar, resta a você tirar conclusões: Sua hipótese foi confirmada? Que nuance você deve trazer a ela? Ou talvez você deva modificá-la de maneira mais substancial? Suas respostas a estas questões devem ser explicitadas em função dos resultados da análise e da interpretação. Elas o levarão a lançar um olhar para trás, aos elementos que, no início, o conduziram à sua hipótese, bem como a lançar um olhar para frente, às perspectivas que se abrem na continuação de seu trabalho.

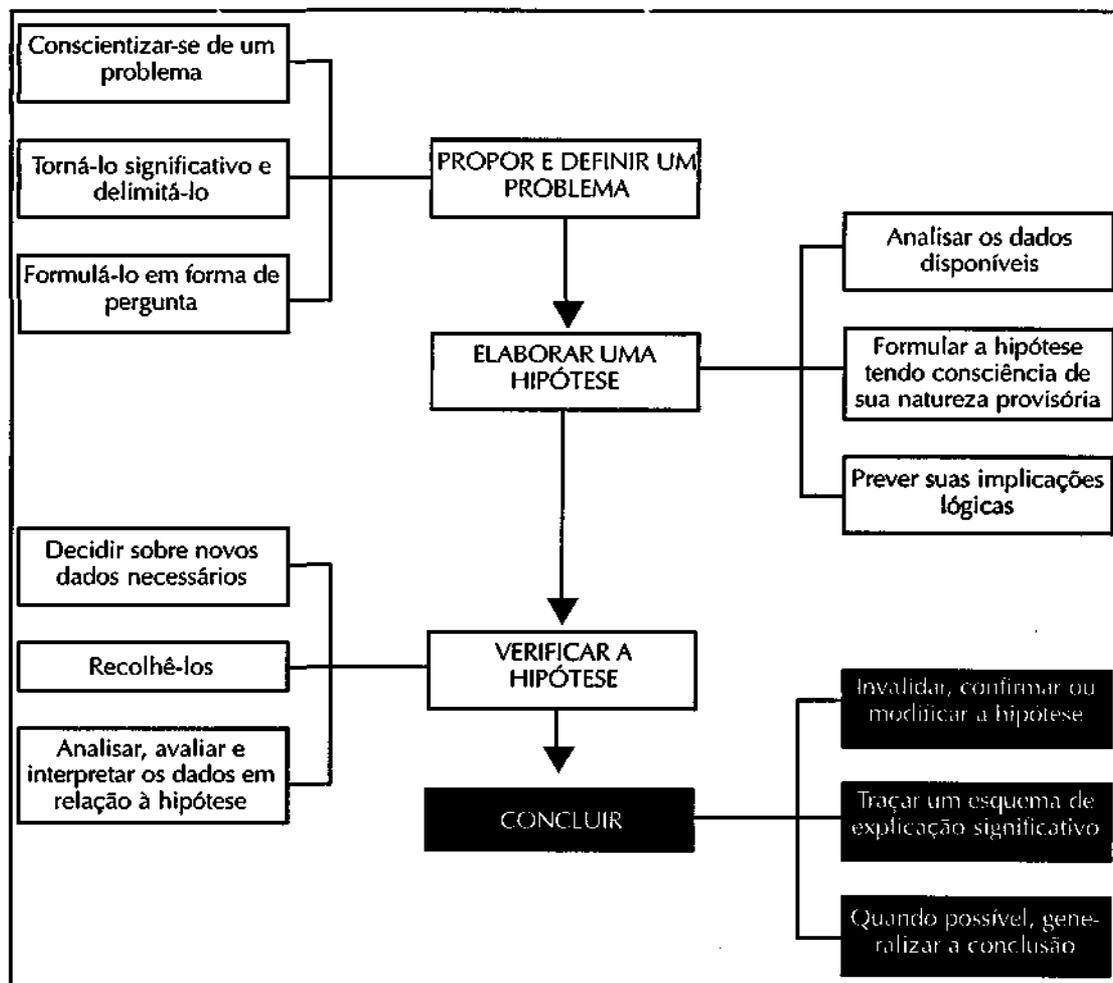


O RELATÓRIO DE PESQUISA

Chegamos agora na redação do relatório de pesquisa propriamente dito. O pesquisador encontra-se diante da página em branco, diante de sua máquina de escrever, como os personagens abaixo, ou, melhor ainda, diante de seu computador, pois seria pena não aproveitar as vantagens que o computador e o processamento de texto oferecem para a escrita do relatório de pesquisa. É efetivamente dessa escrita que se trata aqui.

A redação do relatório é a última fase do movimento de pesquisa que conduziu o pesquisador de sua conscientização de um problema à idéia de uma solução plausível (Parte II), depois à comprovação dessa solução (Parte III). Nesse momento, empenha-se em divulgar o que se deve reter dessa comprovação, ou seja, suas conclusões, e para que se possa bem compreendê-las, empenha-se também em lembrar o itinerário seguido para chegar a elas e em que se baseiam suas conclusões.





Fonte: Inspirado em Barry Beyer, *Teaching in Social Studies*, Columbus (Ohio): Charles E. Merrill, 1979. p. 43.

Nesta etapa, o pesquisador dispõe, portanto, do conjunto de sua pesquisa, que agora chega ao fim, e seu trabalho é mais de comunicação do que de produção de novos saberes. É igualmente um trabalho de formalização, particularmente no que concerne às conclusões. Seu esforço essencial, fora o esforço geral de escrita do conjunto do relatório, se concentrará na expressão ordenada e eficaz de suas conclusões. Daí, no quadro acima, reproduzido novamente, a ênfase em “concluir”, “invalidar, confirmar ou modificar a hipótese”, e sobretudo “traçar um esquema de explicação significativo” e, “quando possível, generalizar a conclusão”. São elementos já tratados nas últimas páginas do capítulo precedente e que aqui serão retomados de um modo prático.

Os dois capítulos desta parte consagram-se a relembrar os princípios que o redator de um relatório de pesquisa deve considerar (capítulo 9) e a salientar alguns usos técnicos da apresentação do relatório (capítulo 10).

Uma aprendizagem complementar acompanha naturalmente esses capítulos: a produção de um relatório de pesquisa. É o ponto de chegada necessário de toda pesquisa e essa aprendizagem é proposta no final da parte. No entanto, como é interessante que um relatório de pesquisa possa atingir a um maior público possível, o capítulo 9 propõe inicialmente um outro pequeno exercício: o de preparar uma versão vulgarizada do relatório.

Muitas vezes, no decorrer das principais etapas da pesquisa, o pesquisador prepara seu relatório final. Desenvolve os detalhes de seu plano, seleciona entre suas anotações e seus arquivos aqueles que guardará, ordena-os, deles produz sínteses, se for o caso, fixa o conteúdo das diferentes partes, procede, por vezes, até mesmo a uma primeira escrita do estado da questão, por exemplo. É a partir desses materiais que reinicia no momento de redigir seu relatório final, dispondo então de uma visão completa da pesquisa e de cada um de seus elementos.
